



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

PORTARIA PGR/MPF Nº 40, DE 24 DE ABRIL DE 2020.

Alterada pela [Portaria PGR/MPF nº 406, de 5 de maio de 2020](#)

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 49 da [Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993](#), resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República, conforme o anexo desta portaria.

Art. 2º Revogar a [Portaria PGR/MPF nº 786, de 2 de setembro de 2019](#), e a [Portaria PGR/MPF nº 97, de 7 de fevereiro de 2020](#).

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Este texto não substitui o [publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 28 abr. 2020. Caderno Administrativo, p. 1.](#)

ANEXO À PORTARIA PGR/MPF Nº 40/2020  
REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO(A) PROCURADOR(A)-GERAL DA  
REPÚBLICA

TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A organização, as atribuições e o funcionamento do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República obedecem ao disposto neste Regimento Interno.

Art. 2º Os Gabinetes do(a) Vice-Procurador(a)-Geral da República e do(a) Vice-Procurador(a)-Geral Eleitoral terão estrutura própria para o desempenho das funções atribuídas por delegação do(a) Procurador(a)-Geral da República e obedecerão, em seu funcionamento, às disposições deste Regimento.

Parágrafo único. Os conflitos de atribuição em matéria eleitoral poderão ser dirimidos pelo(a) Vice-Procurador(a)-Geral Eleitoral, mediante delegação do(a) Procurador(a)-Geral da República.

Art. 3º As regras relativas ao funcionamento do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República, previstas neste Regimento, aplicam-se também às hipóteses de atuação de outros membros do Ministério Público por delegação de atribuição típica do(a) Procurador(a)-Geral da República.

TÍTULO II  
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 4º São unidades diretamente subordinadas ao(à) Procurador(a)-Geral da República:

- I - Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República (GABPGR);
- II - Secretaria de Cooperação Internacional (SCI);
- III - Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA);
- IV - Secretaria de Concursos do MPF (SECONC);
- V - Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

Parágrafo único. As Secretarias organizar-se-ão observando as disposições contidas neste regimento e elaborarão seus respectivos regimentos, que,

uma vez aprovados pelo(a) Procurador(a)-Geral da República, serão parte integrante deste.

## CAPÍTULO I

### DO GABINETE DO(A) PROCURADOR(A)-GERAL DA REPÚBLICA

Art. 5º Integram a estrutura do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República as seguintes unidades:

- a) Assessoria Jurídica Criminal no STF;
- b) Assessoria Jurídica Criminal no STJ;
- c) Assessoria Jurídica Constitucional;
- d) Assessoria Jurídica de Repercussão Geral e Súmulas Vinculantes;
- e) Assessoria Jurídica Cível;
- f) Assessoria Jurídica Trabalhista;
- g) Assessoria Jurídica Administrativa;
- h) Assessoria Jurídica de Processos Oriundos de Estados Estrangeiros;
- i) Assessoria Jurídica para Conflitos de Atribuição;
- j) Assessoria de Apoio aos Membros no STF;
- k) Assessoria de Articulação Parlamentar;
- l) Assessoria de Revisão e Pronunciamentos; m) Assessoria de Cerimonial.

§ 1º As Assessorias contarão em sua estrutura, sempre que possível, com um Assessor-Chefe, a quem competirá a gestão de pessoal da respectiva unidade, sob orientação, quando houver, do coordenador.

§ 2º Todas as manifestações judiciais e extrajudiciais, bem como os documentos do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República deverão, sempre que possível, ser elaborados utilizando-se o editor do próprio Sistema Único de Informações.

Art. 6º Havendo designação de membro auxiliar do(a) Procurador(a)-Geral da República na condição de coordenador(a), a esse incumbirá a orientação finalística na condução das atribuições da respectiva unidade, ficando a ele(a) delegadas também as seguintes atribuições:

I - realizar oitivas e participar de atos de produção de provas que se fizerem necessários;

II - praticar atos instrutórios referentes a documentos e procedimentos extrajudiciais;

III - decidir sobre o arquivamento de documentos e procedimentos extrajudiciais em tramitação na respectiva unidade;

IV - requisitar informações e documentos de interesse para instrução dos atos da respectiva unidade;

V - responder a expedientes ordinários encaminhados ao(à) Procurador(a)-Geral da República.

Parágrafo único. Aos membros auxiliares do(a) Procurador(a)-Geral que não atuem na condição de coordenador ficam igualmente delegadas essas mesmas atribuições.

Art. 7º Os assessores especiais do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República terão como atribuição prestar assessoramento direto ao(à) Procurador(a)-Geral da República, sobretudo em assuntos jurídicos, econômicos, de segurança e de comunicação social.

§ 1º Aos assessores especiais com atuação na área jurídica competirá a elaboração de minutas de manifestações em procedimentos administrativos, processos judiciais ou extrajudiciais de atribuição de qualquer das assessorias temáticas, quando a urgência ou a relevância da matéria assim o exigir, segundo juízo discricionário do(a) Procurador(a)-Geral da República.

§ 2º Para cumprimento de metas estratégicas de acervo e à critério do(a) Procurador(a)-Geral da República, poderão ser redistribuídos aos assessores especiais jurídicos, os quais poderão contar com assessores de apoio a essa atuação, processos das assessorias temáticas vinculadas ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República ou dos Gabinetes de Subprocuradores-Gerais da República designados para atuação no STF.

## Seção I

### Das Atribuições do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República

Art. 8º Ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República cabe apoiar o(a) Procurador(a)-Geral da República no relacionamento com outros Poderes e demais

agentes externos, além de assessorá-lo(a) em todos os expedientes do Gabinete, tais como:

I - acompanhar as pautas do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público e assessorar o(a) Procurador(a)-Geral da República na elaboração de sustentações orais;

II - coordenar a atuação jurídica e os fluxos das assessorias especializadas;

III - prestar assessoramento jurídico, especialmente na elaboração de minutas das manifestações judiciais e extrajudiciais distribuídas diretamente ao(a) Procurador(a)-Geral da República;

IV - organizar, controlar e instruir os procedimentos relativos ao ajuizamento de demandas ou à adoção de providências;

V - cumprir tarefas de natureza consultiva e de pesquisa técnico-jurídica;

VI - propor e desenvolver estudos e pesquisas de interesse do(a) Procurador(a)-Geral da República;

VII - orientar e consolidar a elaboração de planos e projetos de trabalho, bem como acompanhar sua execução;

VIII - elaborar relatórios de estatísticas de produtividade;

IX - revisar as solicitações de viagens, bem como gerenciar o referencial monetário entre as categorias integrantes da Unidade Administrativa Gestora – UAB Chefia de Gabinete/PGR;

X - acompanhar o desenvolvimento dos sistemas de controle de processos e documentos, identificando as falhas e necessidades de melhoria, com o objetivo de reformular práticas e implementar métodos e processos que otimizem o uso de sistemas de informática;

XI - planejar, organizar e controlar as alterações nos sistemas de produção do Gabinete;

XII - manter os usuários dos sistemas referidos nos incisos anteriores atualizados sobre as funcionalidades implementadas;

XIII - assegurar as conformidades determinadas pela instituição por meio de processos internos, garantindo produtos e serviços concebidos de acordo com os padrões, os procedimentos e as normas, propondo as sugestões de modificações que julgar necessárias;

XIV - prestar assessoria na instrução e elaboração de minutas de atos oficiais;

XV - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

## Seção II

### Da Chefia de Gabinete

Art. 9º O Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República será dirigido pelo(a) Chefe de Gabinete, que tem as seguintes atribuições:

I - atender, em audiências, a pedido do(a) Procurador(a)-Geral da República, autoridades e representantes da sociedade civil;

II - responder, por delegação do(a) Procurador(a)-Geral da República, às solicitações do Conselho Nacional do Ministério Público dirigidas ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República ou encaminhá-las às Assessorias/Secretarias em atenção às suas respectivas áreas de atribuições, para instrução e análise dos expedientes;

III - coordenar e orientar atividades do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República que ocorram em conjunto ou mediante colaboração com outros setores da Procuradoria-Geral da República;

IV - instruir e decidir sobre o arquivamento de procedimentos extrajudiciais sempre que o(a) titular do cargo de Chefe de Gabinete for integrante da carreira do Ministério Público da União;

V - dirimir dúvidas e expedir orientações acerca da distribuição de processos judiciais e expedientes entre as diversas Assessorias e Secretarias;

VI - organizar e controlar o recebimento de documentos e procedimentos extrajudiciais enviados ao Gabinete do(a) Procurador(a)- Geral da República, distribuindo-os às unidades com atribuição para atuação nos referidos expedientes;

VII - despachar os documentos e/ou autos extrajudiciais remetidos para decisão sobre conflito de atribuição, determinando o respectivo registro e autuação;

VIII - organizar a agenda de audiências e despachos do(a) Procurador(a)-Geral da República;

IX - assessorar e executar os serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo, nos termos previstos neste regimento e em regulamentos específicos,

tais como a instrução e a elaboração de atos oficiais, a instrução de procedimentos administrativos e o gerenciamento da tramitação de expedientes;

X - coordenar as atividades de expediente, de assessoramento técnico e de apoio do(a) Procurador(a)-Geral da República no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, no Conselho Nacional de Justiça e no Conselho Nacional do Ministério Público;

XI - fazer publicar os enunciados sobre os conflitos de atribuição;

XII - coordenar a elaboração de estudos, pesquisas e projetos de interesse do(a) Procurador(a)-Geral da República;

XIII - distribuir, supervisionar e controlar as demais atividades inerentes à finalidade do Gabinete;

XIV - executar atos por delegação do(a) Procurador(a)-Geral da República;

XV - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

### Seção III

#### Da Assessoria Jurídica Criminal no STF

Art. 10. Compete à Assessoria Jurídica Criminal no STF:

I - prestar assessoramento jurídico no âmbito criminal, especialmente na elaboração de minutas das manifestações do(a) Procurador(a)-Geral da República ou membro por ele designado, assim como de peças de natureza recursal nos inquéritos e ações penais e nos feitos a eles conexos;

II - analisar e elaborar minutas de manifestações do(a) Procurador(a)-Geral da República nos processos de extradição e feitos conexos;

III - elaborar minutas de peças extrajudiciais e instruir os procedimentos relativos ao ajuizamento de demandas ou à adoção de providências na área de sua atuação;

IV - receber, organizar, controlar e instruir autos judiciais e extrajudiciais, bem como os documentos relativos a sua área de atuação e registrar as medidas adotadas;

V - cumprir tarefas de natureza administrativa, consultiva e de pesquisa técnico-jurídica afeta a sua área de atuação;

VI - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

## Seção IV

### Da Assessoria Jurídica Criminal no STJ

Art. 11. Compete à Assessoria Jurídica Criminal no STJ:

I - prestar assessoramento jurídico no âmbito criminal, especialmente na elaboração de minutas das manifestações do(a) Procurador(a)-Geral da República ou membro por ele designado perante a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, assim como de peças de natureza recursal nos inquéritos e ações penais e nos feitos a eles conexos;

II - elaborar minutas de peças extrajudiciais e instruir os procedimentos relativos ao ajuizamento de demandas ou à adoção de providências na área de sua atuação;

III - receber, organizar, controlar e instruir autos judiciais e extrajudiciais, bem como os documentos relativos a sua área de atuação e registrar as medidas adotadas;

IV - cumprir tarefas de natureza administrativa, consultiva e de pesquisa técnico-jurídica afeta a sua área de atuação;

V - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

## Seção V

### Da Assessoria Jurídica Constitucional

Art. 12. Compete à Assessoria Jurídica Constitucional:

I - prestar assessoramento jurídico no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, especialmente na elaboração de minutas, assim como de peças de natureza recursal;

II - elaborar minutas de peças extrajudiciais e instruir os procedimentos relativos ao ajuizamento de demandas ou à adoção de providências na área de sua atuação;

III - receber, organizar, controlar e instruir autos judiciais e extrajudiciais, bem como os documentos em matéria constitucional e registrar as medidas adotadas;



IV - cumprir tarefas de natureza administrativa, consultiva e de pesquisa técnico-jurídica afeta a sua área de atuação;

V - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

## Seção VI

### Da Assessoria Jurídica de Repercussão Geral e Súmulas Vinculantes

Art. 13. Compete à Assessoria Jurídica de Repercussão Geral e Súmulas Vinculantes:

I - prestar assessoramento jurídico no âmbito dos processos que envolvam a aplicação dos institutos da repercussão geral e da súmula vinculante, especialmente na elaboração de minutas das manifestações, assim como de peças de natureza recursal;

II - elaborar minutas de peças extrajudiciais e instruir os procedimentos relativos à formalização de demandas ou à adoção de providências que envolvam a aplicação dos institutos da repercussão geral e da súmula vinculante;

III - receber, organizar, controlar e instruir autos judiciais e extrajudiciais, bem como os documentos relativos a sua área de atuação e registrar as medidas adotadas;

IV - cumprir tarefas de natureza administrativa, consultiva e de pesquisa técnico-jurídica afeta a sua área de atuação;

V - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

## Seção VII

### Da Assessoria Jurídica Cível

Art. 14. Compete à Assessoria Jurídica Cível:

I - prestar assessoramento jurídico, especialmente na elaboração de minutas das manifestações, assim como de peças de natureza recursal, nas matérias não abrangidas por outras Assessorias;

II - elaborar minutas de peças extrajudiciais e instruir os procedimentos relativos ao ajuizamento de demandas ou à adoção de providências, de natureza cível ou residual nas matérias não compreendidas nas demais seções deste capítulo;

III - receber, organizar, controlar e instruir autos judiciais e extrajudiciais, bem como os documentos relativos a sua área de atuação e registrar as medidas adotadas;

IV - cumprir tarefas de natureza administrativa, consultiva e de pesquisa técnico-jurídica afeta a sua área de atuação;

V - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

### Seção VIII

#### Da Assessoria Jurídica Trabalhista

Art. 15. Compete à Assessoria Jurídica Trabalhista:

I - prestar assessoramento jurídico, no âmbito do controle difuso de constitucionalidade, nos processos que envolvam direito do trabalho, especialmente na elaboração de minutas das manifestações do(a) Procurador(a)-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal, assim como de peças de natureza recursal;

II - elaborar minutas de peças extrajudiciais e instruir os procedimentos relativos ao ajuizamento de demandas ou à adoção de providências na área de sua atuação;

III - receber, organizar, controlar e instruir autos judiciais e extrajudiciais, bem como os documentos em matéria trabalhista e registrar as medidas adotadas;

IV - cumprir tarefas de natureza administrativa, consultiva e de pesquisa técnico-jurídica afeta a sua área de atuação;

V - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

### Seção IX

#### Da Assessoria Jurídica Administrativa

Art. 16. Compete à Assessoria Jurídica Administrativa:

I - prestar assessoramento jurídico em matéria administrativa, especialmente na elaboração de minutas das manifestações que tenham por objeto atos do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho da Justiça Federal, assim como de peças de natureza recursal;

II - atuar nos procedimentos administrativos em tramitação no Conselho Nacional de Justiça, no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho da Justiça Federal;

III - elaborar minutas de peças extrajudiciais de assuntos relativos às matérias administrativas de atribuição do(a) Procurador(a)-Geral da República, inclusive nos casos de recurso hierárquico;

IV - organizar, controlar e instruir os procedimentos internos relativos a matéria administrativa, de atribuição do(a) Procurador(a)- Geral da República;

V - realizar tarefas de natureza administrativa, consultiva e de pesquisa técnico-jurídica, relativas a matéria administrativa de atribuição do(a) Procurador(a)- Geral da República;

VI - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

## Seção X

### Da Assessoria Jurídica de Processos Oriundos de Estados Estrangeiros

Art. 17. Compete à Assessoria Jurídica de Processos Oriundos de Estados Estrangeiros da competência do STJ:

I - prestar assessoramento jurídico, especialmente na elaboração de minutas das manifestações em feitos de Homologação de Decisão Estrangeira e Cartas Rogatórias;

II - elaborar minutas de peças extrajudiciais em procedimentos de Homologação de Decisão Estrangeira e Cartas Rogatórias;

III - organizar, controlar e instruir os procedimentos relacionados com a Homologação de Decisão Estrangeira e Cartas Rogatórias;

IV - cumprir tarefas de natureza administrativa, consultiva e de pesquisa técnico-jurídica de natureza jurídica afeta a sua área de atuação;

V - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

## Seção XI

### Da Assessoria Jurídica para Conflitos de Atribuições

Art. 18. Compete à Assessoria Jurídica para Conflitos de Atribuições:

I - prestar assessoramento jurídico, especialmente na elaboração de minutas em procedimentos conflitos de atribuição;

II - instruir procedimentos extrajudiciais que versem sobre conflito de atribuição entre membros do Ministério Público, nas matérias não compreendidas nas demais seções deste capítulo;

III - organizar, controlar e instruir os procedimentos de conflito de atribuição instaurados;

IV - cumprir tarefas de natureza administrativa, consultiva e de pesquisa técnico-jurídica afeta a sua área de atuação;

V - elaborar e manter atualizados os enunciados sobre os conflitos de atribuição;

VI - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

## Seção XII

### Da Assessoria de Apoio aos Membros no STF

Art. 19. Compete à Assessoria de Apoio aos Membros no STF:

I - desenvolver estudos e pesquisas em sua área de atribuição, de interesse do(a) Procurador(a)-Geral da República;

II - prestar assistência ao(à) Procurador(a)-Geral da República e aos membros do Ministério Público Federal que atuem por delegação nas sessões e em outros atos do Supremo Tribunal Federal;

III - elaborar resumos dos resultados dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, incluindo o posicionamento adotado pela Procuradoria-Geral da República;

IV - apoiar o(a) Procurador(a)-Geral da República e os membros do Ministério Público Federal que atuem por delegação em solenidades, audiências, sessões e eventos realizados no Supremo Tribunal Federal;

V - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

## Seção XIII

### Da Assessoria de Articulação Parlamentar

Art. 20. Compete à Assessoria de Articulação Parlamentar:

I - identificar as proposições legislativas de interesse da Instituição individualmente ou em conjunto com o Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República, com as Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, com a Ouvidoria, com a Corregedoria, com os membros em atividade e com os demais órgãos da Instituição;

II - encaminhar à Assessoria responsável, para as providências cabíveis, as proposições legislativas de interesse das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Ouvidoria, da Corregedoria, dos membros em atividade e dos demais órgãos da Instituição;

III - elaborar anteprojetos de lei em temas de interesse do Ministério Público Federal quando solicitado pelo(a) Procurador(a)-Geral da República;

IV - entregar as correspondências do(a) Procurador(a)-Geral da República, quando solicitado a fazê-lo, às autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos Ministérios Públicos da União e dos Estados e do Conselho Nacional do Ministério Público;

V - assistir o(a) Procurador(a)-Geral da República ou membro do Ministério Público Federal, quando designado como representante da Instituição, na participação de atos, sessões ou eventos em órgãos do Poder Legislativo, fornecendo subsídios e/ou informações técnicas a sua efetiva participação;

VI - receber, de quaisquer órgãos, em especial do Ministério Público Federal, pedidos de informações sobre assuntos de natureza legislativa e dar o devido encaminhamento;

VII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

#### Seção XIV

##### Da Assessoria de Revisão e Pronunciamentos

Art. 21. Compete à Assessoria de Revisão e Pronunciamentos:

I - revisar as minutas de manifestações judiciais e extrajudiciais produzidas pelos diversos setores do Gabinete do(a) Procurador(a)- Geral da República, garantindo a adequação do texto à norma culta;

II - zelar pela padronização textual e estilística das minutas de manifestações judiciais e extrajudiciais produzidas pelos diversos setores do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República;

III - proceder à pesquisa temática, sobretudo coletando dados e informações oficiais, para subsidiar a elaboração de pronunciamentos do(a) Procurador(a)-Geral da República;

IV - auxiliar na elaboração de pronunciamentos e textos afins a serem proferidos pelo(a) Procurador(a)-Geral da República;

V - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

## Seção XV

### Da Assessoria de Cerimonial

Art. 22. Compete à Assessoria de Cerimonial:

I - recepcionar e acompanhar autoridades e dignitários em audiências agendadas com o(a) Procurador(a)-Geral da República, com o(a) Vice-Procurador(a)-Geral da República ou com Membros por eles(as) indicados, representando-os(as);

II - acompanhar o(a) Procurador(a)-Geral da República ou seu(sua) representante, quando solicitado, em eventos internos e externos e dar assistência quanto ao protocolo a ser observado em cerimônias e eventos oficiais;

III - gerenciar e assegurar a atualização de bases de informações acerca dos dados de autoridades e de dirigentes da Procuradoria-Geral da República e de instituições relacionadas à atividade-fim do Ministério Público Federal;

IV - propor e garantir o cumprimento das normas de cerimonial e protocolo no âmbito da Procuradoria-Geral da República;

V - determinar a política de hasteamento de bandeiras para o gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República, nos auditórios e mastros externos da Procuradoria-Geral da República;

VI - manter articulação com as assessorias de cerimonial das demais unidades do Ministério Público da União e do poder público em geral;

VII - organizar, da concepção à execução, as cerimônias, solenidades e quaisquer eventos sob a presidência e iniciativa do(a) Procurador(a)-Geral da República, do(a) Vice-Procurador(a)-Geral da República ou de representantes por eles(as) indicados;

VIII - preparar e expedir correspondências protocolares e convites de iniciativa do(a) Procurador(a)-Geral da República;

IX - organizar e coordenar as honras fúnebres aos membros da Procuradoria-Geral da República, quando falecidos na ativa;

X - coordenar a visitação institucional à Procuradoria-Geral da República;

XI - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade, determinadas pela autoridade superior.

Parágrafo único. A Assessoria de Cerimonial prestará assistência a outras unidades do Ministério Público da União, desde que autorizada pelo(a) Chefe de Gabinete.

## CAPÍTULO II DA SECRETARIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Art. 23. A Secretaria de Cooperação Internacional tem a seguinte estrutura administrativa:

I - Assessoria de Relações Internacionais;

II - Assessoria Administrativa;

III - Assessoria Jurídica.

Art. 24. Compete à Secretaria de Cooperação Internacional:

I - assistir o(a) Procurador(a)-Geral da República em assuntos de cooperação internacional com autoridades estrangeiras e organismos internacionais e no relacionamento com órgãos nacionais voltados às atividades próprias da cooperação internacional;

II - planejar, executar e coordenar, conforme as diretrizes fixadas pelo(a) Procurador(a)-Geral da República, a política de cooperação internacional;

III - estabelecer, manter e desenvolver, em apoio ao(à) Procurador(a)-Geral da República, as relações do Ministério Público Federal com outras instituições nacionais ou estrangeiras, representações diplomáticas no Brasil e organismos internacionais, em questões relativas à cooperação internacional;

IV - assessorar o(a) Procurador(a)-Geral da República nas questões inerentes a políticas e diretrizes de cooperação internacional;

V - planejar e coordenar, como unidade executiva de assessoramento, a participação do(a) Procurador(a)-Geral da República, de membros e servidores do Ministério Público Federal, em foros internacionais;

VI - propor, planejar e coordenar cursos e eventos internacionais na Procuradoria-Geral da República e em unidades do Ministério Público Federal;

VII - propor, elaborar e/ou analisar memorandos de entendimento entre o Ministério Público Federal e instituições com funções equivalentes ou complementares, organismos e organizações internacionais, promovendo seu registro e gerenciamento;

VIII - planejar, em parceria com a Secretaria de Comunicação, estratégias de comunicação para divulgação das atividades do Ministério Público Federal no exterior e estratégias de divulgação de decisões e projetos emanados de foros internacionais a membros do Ministério Público Federal;

IX - fomentar ações de cooperação técnica com instituições internacionais com funções equivalentes ou complementares, organismos e organizações internacionais, que visem ao aprimoramento da cooperação internacional;

X - recepcionar, em apoio à Assessoria de Cerimonial, visitas oficiais de autoridades estrangeiras à Procuradoria-Geral da República e às unidades do Ministério Público Federal;

XI - promover a inserção e o reconhecimento do Ministério Público Federal em âmbito internacional, inclusive mediante publicações multilíngues;

XII - organizar, coordenar, dar cumprimento, acompanhar e apoiar, por delegação do(a) Procurador(a)-Geral da República, a atuação do Ministério Público Federal no âmbito da cooperação jurídica internacional;

XIII - articular-se com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e com as Câmaras de Coordenação e Revisão competentes para promover o cumprimento de recomendações emitidas e decisões proferidas por organismos, órgãos e tribunais internacionais;

XIV - exercer, em apoio ao(a) Procurador(a)-Geral da República, as atribuições de autoridade central de cooperação jurídica internacional, conforme designação em lei, tratado, decreto ou declaração unilateral;

XV - atuar em colaboração com as Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e, observado o disposto no artigo 8º, § 4º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério das Relações



Exteriores, para o bom andamento do intercâmbio e da cooperação internacional em matérias próprias do Ministério Público Federal;

XVI - promover cursos, estudos, pesquisas e eventos relacionados à cooperação internacional;

XVII - sugerir ao(à) Procurador(a)-Geral da República a designação de membros e servidores do Ministério Público Federal para atividades e eventos mencionados nos incisos anteriores ou selecioná-los mediante edital, ficando responsável por receber, registrar e despachar os respectivos relatórios de missão;

XVIII - promover, ouvido o Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República, e com apoio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) ou de instituições ou agências, nacionais ou estrangeiras, visitas técnicas e treinamento de membros e servidores do Ministério Público Federal em matéria de cooperação internacional, extradição, transferência de condenados, transferência de execução penal e recuperação de ativos, assim como de direito internacional dos direitos humanos e de direito penal internacional;

XIX - executar e acompanhar, por delegação do(a) Procurador(a)-Geral da República, pedidos de cooperação penal passiva distribuídos às unidades do Ministério Público e dar seguimento aos pedidos ativos, inclusive de extradição, transferência de condenados, transferência de execução penal e recuperação de ativos;

XX - ser a interlocutora da Procuradoria-Geral da República, observado o disposto no artigo 8º, § 4º, da Lei Complementar nº 75, de 1993, perante organismos nacionais ou internacionais, em matérias relativas à cooperação internacional;

XXI - auxiliar membros do Ministério Público Federal na execução de pedidos de cooperação internacional relacionados à subtração internacional de menores;

XXII - articular-se, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Advocacia-Geral da União e com outros órgãos para acompanhamento de casos submetidos ao sistema interamericano ou internacional de Direitos Humanos;

XXIII - promover e incentivar a cooperação e interlocução entre o Ministério Público Federal e os órgãos estrangeiros, organismos e organizações internacionais com funções equivalentes ou complementares, inclusive para obtenção de documentos, certidões e outros meios de prova que visem instruir procedimentos ou processos de competência do Ministério Público Federal;

XXIV - participar diretamente, indicar e coordenar a participação de membros do Ministério Público Federal em reuniões internacionais e participar de redes de cooperação internacional;

XXV - prestar e obter diretamente informações para fins de inteligência em casos de cooperação internacional;

XXVI - promover a padronização dos pedidos ativos de extradição, de transferência de condenados, de transferência de execução penal, de recuperação de ativos e de cooperação jurídica internacional, com o objetivo de facilitar sua tramitação e reduzir a necessidade de tradução;

XXVII - propor e incentivar a formação de forças-tarefas e equipes conjuntas de investigação, compostas por membros do Ministério Público Federal e representantes de organismos nacionais ou internacionais, com funções equivalentes ou complementares, com o objetivo de possibilitar e otimizar a investigação e persecução criminal conjunta de fatos criminosos e de organizações criminosas transnacionais;

XXVIII - articular-se com órgãos nacionais e estrangeiros, especialmente da área penal e de combate à improbidade, para o rastreamento, o bloqueio e a recuperação de ativos no exterior, inclusive com vistas a sua repatriação;

XXIX - coordenar-se com a Assessoria de Articulação Parlamentar para acompanhamentos de projetos de lei no Congresso Nacional e de outros atos normativos relacionados às suas atribuições;

XXX - participar, por designação do(a) Procurador(a)-Geral da República e em coordenação com órgãos do Poder Executivo, da negociação de tratados de cooperação internacional;

XXXI - acompanhar perante o Ministério da Justiça e Segurança Pública e outros órgãos nacionais, os procedimentos administrativos para aplicação de medidas compulsórias;

XXXII - acompanhar a situação de presos estrangeiros no Brasil e presos brasileiros no exterior;

XXXIII - coordenar e auxiliar a atuação dos membros e servidores do Ministério Público Federal designados pelo(a) Procurador(a)- Geral da República para funções de apoio à Secretaria de Cooperação Internacional, no Brasil e no exterior;

XXXIV - propor ao(à) Procurador(a)-Geral da República e às Câmaras de Coordenação e Revisão a adoção de enunciados em matéria de cooperação jurídica internacional;

XXXV - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

Art. 25. Compete à Assessoria de Relações Internacionais:

I - assistir o Secretário de Cooperação Internacional em assuntos de cooperação internacional com autoridades estrangeiras e organismos internacionais e no relacionamento com órgãos nacionais voltados às atividades próprias da cooperação internacional;

II - planejar, executar e coordenar em conjunto com o Secretário de Cooperação Internacional, conforme as diretrizes fixadas pelo(a) Procurador(a)-Geral da República, a política de cooperação;

III - estabelecer, manter e desenvolver, em apoio ao(à) Procurador(a)-Geral da República, as relações do Ministério Público com outras instituições nacionais ou estrangeiras, representações diplomáticas no Brasil e organismos internacionais, em questões relativas à cooperação internacional;

IV - planejar e coordenar, como unidade executiva de assessoramento, a participação do(a) Procurador(a)-Geral da República em foros internacionais, desde o planejamento logístico de viagem, articulação com representação diplomática local, elaboração de agenda de trabalho, preparação de material de apoio de acordo com o foro ou a missão, de discurso e nota de divulgação;

V - planejar e coordenar, como unidade executiva de assessoramento, a participação de membros do Ministério Público Federal em foros internacionais, em especial, com subsídios sobre o foro, sobre as atividades já desenvolvidas nestes e com propostas para o aperfeiçoamento da cooperação internacional; e, ainda, coordenar logisticamente a missão;

VI - propor, coordenar e elaborar agenda de trabalho de foros internacionais no Ministério Público Federal;

VII - propor, planejar o conteúdo e coordenar a logística de cursos e eventos internacionais na Procuradoria-Geral da República e em unidades do Ministério Público Federal;

VIII - propor, elaborar e/ou analisar memorandos de entendimento entre o Ministério Público Federal e instituições com funções equivalentes ou complementares, organismos e organizações internacionais, promovendo seu registro e gerenciamento de atividades subsequentes;

IX - planejar, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social, estratégias de comunicação para divulgação das atividades do Ministério Público no

exterior e estratégias de divulgação de decisões e projetos emanados de foros internacionais a membros do Ministério Público, promovendo a inserção e o reconhecimento do Ministério Público em âmbito internacional, inclusive mediante publicações multilíngues;

X - propor e revisar matérias de divulgação das atividades da Secretaria para aprovação do Secretário de Cooperação Internacional e publicação pela Secretaria de Comunicação Social, e analisar boletim da Secretaria no âmbito das Relações Internacionais;

XI - fomentar ações de cooperação técnica bilateral e trilateral (prestada e recebida) com instituições internacionais com funções equivalentes ou complementares, organismos e organizações internacionais, que visem ao aprimoramento da cooperação internacional;

XII - recepcionar, em apoio à Assessoria de Cerimonial, visitas oficiais de autoridades estrangeiras à Procuradoria-Geral da República e às unidades do Ministério Público;

XIII - articular-se com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e com as Câmaras de Coordenação e Revisão competentes para promover a política externa do Ministério Público Federal;

XIV - acompanhar casos de assistência jurídica que possam ocasionar repercussão política e diplomática, e também casos que possam fornecer elementos para a elaboração da política externa do Ministério Público Federal em foros internacionais;

XV - monitorar a inserção do Ministério Público Federal em foros, entidades e organismos internacionais e seu relacionamento com instituições estrangeiras e propor melhorias nesse sentido;

XVI - promover, com apoio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) ou de instituições ou agências, nacionais ou estrangeiras, visitas técnicas e treinamento de membros e servidores do Ministério Público Federal em matéria de cooperação internacional, extradição, transferência de condenados, transferência de execução penal e recuperação de ativos, assim como direito internacional dos direitos humanos e direito penal internacional;

XVII - articular-se com a Assessoria de Articulação Parlamentar para acompanhamento de projetos de lei relacionados à temática de relações internacionais e acompanhar a elaboração e o andamento de Notas Técnicas produzidas por membros do Ministério Público Federal;

XVIII - acompanhar, por designação do(a) Procurador(a)-Geral da República e em coordenação com órgãos do Poder Executivo, a negociação de tratados de cooperação internacional;

XIX - articular-se com a 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para acompanhar a situação de presos estrangeiros no Brasil e presos brasileiros no exterior;

XX - acompanhar os foros internacionais e as atividades desenvolvidas no âmbito destes e propor ações de cooperação;

XXI - promover o desenvolvimento de redes de cooperação técnica e jurídica para inserção do Ministério Público Federal, propor sugestões para aperfeiçoamento destas ou de sua utilização e coordenar, em apoio ao Secretário de Cooperação Internacional, atividades de promoção ou capacitação relativas a redes internacionais;

XXII - manter e acompanhar, na condição de Unidade Administrativa de Gestão Orçamentária (UAG), o orçamento destinado a missões e viagens internacionais;

XXIII - gerenciar o sistema eletrônico de relatório de missões da Secretaria de Cooperação Internacional, bem como organizar e analisar os relatórios de missões internacionais, produzidos por membros e servidores do Ministério Público Federal, a fim de fornecer subsídios ao planejamento estratégico do órgão;

XXIV - fornecer dados estatísticos sobre foros, missões, eventos, cursos e treinamentos realizados pelo Ministério Público Federal, relativos à cooperação internacional;

XXV - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade, determinadas por autoridade superior.

Art. 26. Compete à Assessoria Administrativa:

I - assessorar o Secretário de Cooperação Internacional na elaboração e implementação do planejamento estratégico no âmbito da Secretaria;

II - coordenar a comunicação no âmbito da Secretaria de Cooperação Internacional e entre esta e as unidades da Procuradoria-Geral da República;

III - propor e supervisionar o desenvolvimento e a implementação de projetos, sistemas informatizados e ações de melhoria de processos e ferramentas de trabalho;

IV - coordenar a elaboração de relatório de gestão, publicações e informativos periódicos;

V - coordenar a elaboração de projetos básicos de contratações, manuais de rotinas e instruções de serviço;

VI - coordenar as atividades afetas à gestão de pessoas e ao desenvolvimento profissional no âmbito da Secretaria;

VII - coordenar as atividades dos serviços de tradução da Secretaria de Cooperação Internacional;

VIII - planejar e organizar processos seletivos, na modalidade Edital, para a seleção de membros e servidores a serem designados pelo(a) Procurador(a)-Geral da República para representarem o Ministério Público Federal em missões no exterior;

IX - receber, cadastrar, realizar a triagem e encaminhar os expedientes físicos e eletrônicos recebidos na Secretaria ao setor interno competente;

X - digitalizar os expedientes físicos recebidos na Secretaria;

XI - expedir e envelopar fisicamente e no Sistema Único de Informações os expedientes físicos e eletrônicos da Secretaria;

XII - cumprir o acesso autorizado à rede privada de instituições parceiras com a finalidade de realizar downloads da íntegra digital dos expedientes disponibilizados à Secretaria e, em contrapartida, alimentá-la com a íntegra digital dos expedientes encaminhados àqueles órgãos;

XIII - manter a organização dos arquivos físicos e eletrônicos da Assessoria e orientar o arquivamento nos demais setores da Secretaria;

XIV - providenciar a disponibilidade e a reposição de materiais de expediente e de bens e realizar a gestão patrimonial da Secretaria;

XV - extrair dados estatísticos disponíveis no Sistema Único de Informações referentes ao cadastro, à distribuição, à tramitação e à finalização de procedimentos administrativos e extrajudiciais e documentos com trâmite na Secretaria;

XVI - elaborar expedientes referentes à gestão administrativa da Secretaria;

XVII - consolidar em manuais os fluxos de trabalho e rotinas no âmbito da Assessoria;

XVIII - orientar servidores e estagiários da Secretaria na operação do Sistema Único de Informações;

XIX - conceder acessos, solicitar permissões específicas para a realização das atividades da Secretaria e propor e acompanhar a implementação de melhorias do Sistema Único de Informações;

XX - orientar as unidades do Ministério Público Federal sobre a tramitação física e eletrônica dos Procedimentos de Cooperação Internacional - PCIs;

XXI - produzir estudos e levantamentos para subsidiar decisões da Secretaria sobre gestão administrativa;

XXII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade, determinadas por autoridade superior.

Art. 27. À Assessoria Jurídica compete:

I - assessorar o Secretário de Cooperação Internacional nos assuntos relacionados aos seguintes temas:

a) pedidos de cooperação jurídica internacional penal ativos, passivos e recuperação de ativos;

b) pedidos de transferência de persecução penal;

c) transferência de apenados;

d) transferência de execução de pena;

e) reconhecimento de sentença penal estrangeira;

f) extradição;

g) subtração internacional de menor;

h) prestação de alimentos internacionais;

i) pedidos de cooperação jurídica em matéria cível ativos, passivos e recuperação de ativos relacionados à atuação do Ministério Público Federal;

j) outros temas correlatos;

II - analisar os pedidos de cooperação jurídica ativos e passivos em matéria penal e não penal, incluindo assistência a brasileiros no exterior, elaborando minuta dos atos necessários à instauração, instrução e tramitação do procedimento de cooperação internacional destinado à execução e ao acompanhamento dos pedidos, zelando pelo cumprimento de seus prazos;

III - estabelecer comunicação com a autoridade central e com os órgãos nacionais e estrangeiros para a tramitação e execução de pedidos de cooperação;

IV - acompanhar e prestar assessoramento jurídico em casos sensíveis relacionados à cooperação jurídica internacional que tramitam no Ministério Público Federal;

V - elaborar relatórios, notas técnicas, minutas de proposições legislativas e desenvolver estudos e pesquisas técnico-jurídicas pertinentes às atribuições da assessoria jurídica;

VI - acompanhar casos em trâmite nos Sistemas Interamericano e Internacional de Direitos Humanos;

VII - acompanhar as pautas do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, em matérias relativas à cooperação jurídica internacional;

VIII - assistir o Secretário de Cooperação Internacional nas comunicações às autoridades nacionais e estrangeiras, nas reuniões e nos eventos afetos às atribuições da Assessoria;

IX - propor e revisar matérias de divulgação das atividades da Secretaria para aprovação do Secretário de Cooperação Internacional e publicação pela Secretaria de Comunicação Social, e analisar boletim da Secretaria no âmbito da Cooperação Jurídica;

X - fazer consultas a banco de dados e informações, contatar instituições públicas ou privadas ou realizar outros atos necessários à execução ou encaminhamento de pedido de cooperação jurídica internacional;

XI - prestar apoio e informações a órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, a representações diplomáticas e a organizações internacionais, assim como a autoridades centrais, Ministérios Públicos e agências policiais de outros países, nos temas de sua atribuição;

XII - elaborar minutas de manifestações judiciais e extrajudiciais, pareceres, manifestações e peças de natureza recursal em matéria de cooperação jurídica internacional;

XIII - assistir o Secretário de Cooperação Internacional nas comunicações à 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e ao Ministério das Relações Exteriores, relacionadas à situação de presos estrangeiros no País, de presos brasileiros no exterior ou nos casos de assistência consular;

XIV - articular-se com a Assessoria de Articulação Parlamentar para acompanhar os projetos de lei relacionados à temática jurídica internacional e a elaboração e o andamento de Notas Técnicas produzidas por membros do Ministério Público Federal;

XV - acompanhar as inspeções a estabelecimentos prisionais realizadas pela Secretaria, a fim de verificar o respeito aos direitos fundamentais de presos estrangeiros e nacionais;



XVI - elaborar minuta de propositura inicial dos pedidos de homologação de decisão estrangeira de alimentos e os respectivos pareceres em ações dessa natureza que tramitam perante o Superior Tribunal de Justiça, promovendo o acompanhamento do feito;

XVII - auxiliar as unidades do Ministério Público Federal em matéria de subtração internacional de crianças, acompanhando as solicitações submetidas à Secretaria, as comunicações com a Autoridade Central e o retorno dos menores ao Brasil ou ao País de origem;

XVIII - acompanhar, quando solicitado, a execução das medidas relacionadas a extradição, deportação, expulsão, pedidos de transferência de persecução penal, transferência de apenados, transferência de execução de pena e reconhecimento de sentença penal estrangeira;

XIX - assessorar o Secretário de Cooperação Internacional no processamento dos pedidos de cooperação internacional sujeitos à deliberação do Superior Tribunal de Justiça (cartas rogatórias e homologação de decisão estrangeira) e no acompanhamento de sua tramitação;

XX - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade, determinadas por autoridade superior.

## Seção I

### Da Atividade Extrajudicial de Cooperação Internacional

#### Subseção I

#### Da Instauração do Procedimento de Cooperação Internacional

Art. 28. O Procedimento de Cooperação Internacional será instaurado pelo(a) Procurador(a)-Geral da República e tramitará na Secretaria de Cooperação Internacional, inclusive de forma eletrônica.

Art. 29. O Procedimento de Cooperação Internacional versará sobre os seguintes temas:

I - Cooperação Internacional Penal;

II - Cooperação Internacional Cível;

III - Cooperação Internacional da Convenção de Nova York (CNY) e da Haia;

IV - Extradição, medidas compulsórias e temas correlatos;

- V - Recuperação de ativos;
- VI - Subtração internacional de menores;
- VII - Pedido internacional de informações;
- VIII - Relações internacionais.

Parágrafo único. Os temas constantes deste artigo serão anotados na capa, no momento da autuação do procedimento.

Art. 30. Os processos de homologação de sentenças/decisões estrangeiras, de sentenças/decisões estrangeiras contestadas ou de cartas rogatórias em matéria de prestação de alimentos no exterior, da competência do Superior Tribunal de Justiça, relativos à aplicação da Convenção de Nova York de 1956, deverão ser distribuídos ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República.

Art. 31. Serão igualmente distribuídos ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República os pedidos de homologação de decisões/sentenças estrangeiras em matéria penal, conforme os artigos 789 e 790 do [Código de Processo Penal](#) e os artigos 100 e 101 da [Lei nº 13.445/2017](#), e as cartas rogatórias em matéria penal submetidas a exequátur no Superior Tribunal de Justiça.

Art. 32. Caberá à Secretaria de Cooperação Internacional acompanhar e realizar os procedimentos necessários ao trâmite dos processos descritos nos artigos 40 e 41.

Art. 33. A execução dos pedidos de cooperação internacional passiva é atribuição do(a) Procurador(a)-Geral da República, que poderá delegá-la à Secretaria de Cooperação Internacional ou aos membros do Ministério Público Federal.

Parágrafo único. O(A) Procurador(a)-Geral da República poderá, a qualquer tempo, avocar os pedidos de cooperação internacional passiva que houverem sido distribuídos na forma do caput.

## Subseção II

### Da Tramitação do Procedimento de Cooperação Internacional

Art. 34. Não sendo o caso de execução direta pelo(a) Procurador(a)-Geral da República, a Secretaria de Cooperação Internacional:

I - nos pedidos passivos envolvendo pessoas politicamente expostas (PPE), nos pedidos passivos que envolvam pessoas com foro especial por prerrogativa de função e em casos sensíveis, assim definidos pela Procuradoria-Geral da República,

executará o Procedimento de Cooperação Internacional, ressalvado o disposto na parte final do inciso II e no inciso II do § 1º;

II - nos demais casos, encaminhará o Procedimento de Cooperação Internacional Passiva à unidade do Ministério Público Federal com atribuição em tese, para distribuição, observadas as hipóteses de prevenção, conexão e continência previstas na legislação processual em relação a quaisquer procedimentos extrajudiciais, inquéritos policiais e processos judiciais em curso.

§ 1º O Procedimento de Cooperação Internacional Passiva será encaminhado diretamente ao membro do Ministério Público Federal titular do ofício com atribuição:

I - se for do conhecimento da Secretaria de Cooperação Internacional a existência de prevenção, conexão ou continência;

II - se houver relação de qualquer natureza, não abrangida pelas hipóteses de conexão e continência, com investigação ou processo judicial em curso no Brasil, a critério do Secretário de Cooperação Internacional, motivadamente.

§ 2º Não sendo fixada a atribuição por prevenção, conexão ou continência, a distribuição deverá ser feita, sempre que possível, a ofício especializado em cooperação internacional.

§ 3º Em todos os casos, os pedidos de cooperação internacional passiva serão distribuídos às unidades do Ministério Público Federal já autuados como Procedimento de Cooperação Internacional (PCI) e assim tramitarão, mantida a numeração da origem, até restituição à Secretaria de Cooperação Internacional, tendo caráter itinerante durante todo o trâmite.

§ 4º Sempre que houver solicitação da presença, ainda que por videoconferência, de autoridade do país rogante nos atos de execução do pedido de cooperação passiva, a data de cumprimento deverá ser ajustada previamente entre os responsáveis no país requerente ou sua adidância no Brasil, a Secretaria de Cooperação Internacional e o membro do Ministério Público Federal designado na forma deste artigo.

Art. 35. O membro do Ministério Público Federal titular do ofício a que for distribuído o Procedimento de Cooperação Internacional deverá executar todas as medidas judiciais ou extrajudiciais úteis ao atendimento do pedido de cooperação internacional passiva em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de autuação do procedimento na Secretaria de Cooperação Internacional.

§ 1º Havendo necessidade, o membro do Ministério Público Federal responsável pela execução do pedido de cooperação internacional poderá prorrogar o prazo de finalização do Procedimento de Cooperação Internacional, por igual período, quantas vezes for necessário, mediante justificativa fundamentada.

§ 2º Em caso de omissão ou inércia, o(a) Procurador(a)-Geral da República poderá avocar o Procedimento de Cooperação Internacional passiva, para executá-lo diretamente ou por intermédio da Secretaria de Cooperação Internacional.

§ 3º Nos casos sensíveis, assim definidos pelo Secretário de Cooperação Internacional, em que se tenha verificado prevenção, conexão, continência ou a hipótese do artigo 34, § 1º, II, a execução do pedido de cooperação jurídica internacional passiva poderá a qualquer tempo ser diretamente realizada, ou assistida, pela Secretaria de Cooperação Internacional, a pedido do membro do Ministério Público Federal titular do ofício a que for distribuído o Procedimento de Cooperação Internacional ou com seu consentimento.

Art. 36. O membro do Ministério Público Federal titular do ofício a que for distribuído o Procedimento de Cooperação Internacional passiva deverá informar à Secretaria de Cooperação Internacional a adoção de medidas de execução, extrajudicial ou não, bem como, a cada 60 (sessenta) dias após a primeira prorrogação do prazo de finalização do procedimento, informar acerca do andamento da execução do pedido de cooperação internacional passiva.

Parágrafo único. A cada prorrogação, o membro do Ministério Público Federal deverá informar o estado de cumprimento do pedido.

Art. 37. As comunicações à autoridade central deverão ser feitas sempre por intermédio da Secretaria de Cooperação Internacional.

Art. 38. Se o pedido de cooperação internacional passiva der ensejo a apuração de fato ou for útil na instrução processual no Brasil, o membro do Ministério Público Federal deverá:

I - autuar em feito próprio cópia dos documentos úteis oriundos do exterior;

II - encaminhar, por intermédio da Secretaria de Cooperação Internacional, pedido de cooperação internacional à autoridade estrangeira, solicitando o compartilhamento dos documentos e informações, para instruir a apuração ou o processo no Brasil.

§ 1º Caso a autoridade estrangeira ou internacional permita o compartilhamento dos documentos e informações, caberá à Secretaria de Cooperação Internacional analisar a conveniência e oportunidade de promover a atuação conjunta com a autoridade do Estado requerente, com o objetivo de otimizar o resultado final da apuração ou do processo.

§ 2º Em todas as hipóteses, o membro do Ministério Público Federal a quem for distribuído o feito poderá promover, com apoio da Secretaria de Cooperação Internacional, contatos diretos com a autoridade requerente ou com a autoridade central estrangeira, com o objetivo de construir solução que harmonize os interesses envolvidos.

Art. 39. As medidas judiciais ou extrajudiciais cumpridas, com os documentos e objetos eventualmente obtidos ou apreendidos, deverão ser encaminhadas de imediato à Secretaria de Cooperação Internacional, independentemente de outras medidas em andamento, para remessa à autoridade estrangeira requerente.

Parágrafo único. Cumpridas as medidas solicitadas, o Procedimento de Cooperação Internacional deverá ser encaminhado à Secretaria de Cooperação Internacional, com relatório final que mencione eventuais diligências não executadas e a justificativa para seu não cumprimento.

Art. 40. Os pedidos de cooperação internacional ativa deverão ser encaminhados à Secretaria de Cooperação Internacional em formulário específico, contendo:

I - descrição clara e concisa dos fatos, suficiente para compreensão da autoridade estrangeira;

II - especificação de todas as medidas solicitadas e acompanhada somente dos documentos estritamente indispensáveis à instrução do pedido de cooperação.

Parágrafo único. O membro do Ministério Público Federal comunicará à Secretaria de Cooperação Internacional a expedição de pedido de cooperação internacional formulado pela Polícia Federal ou pelo juízo nos autos de inquérito ou de ação penal em que officie.

Art. 41. As cartas rogatórias cíveis, de natureza ativa, expedidas em procedimentos ou ações de interesse do Ministério Público Federal, tramitarão pela Secretaria de Cooperação Internacional, para fins de registro, tradução, remessa ao exterior e acompanhamento.

Art. 42. A Secretaria de Cooperação Internacional analisará o pedido de cooperação internacional ativa e poderá devolvê-los à autoridade brasileira requerente, para adequação aos parâmetros previstos nos acordos internacionais bilaterais ou multilaterais.

Parágrafo único. A Secretaria de Cooperação Internacional facilitará o contato direto da autoridade requerente com a autoridade estrangeira competente.

Art. 43. Salvo nas hipóteses previstas pela legislação processual, a Secretaria de Cooperação Internacional providenciará a tradução de documentos nacionais para idioma estrangeiro, desde que estritamente necessário à instrução do pedido de cooperação internacional ativa.

Art. 44. A Secretaria de Cooperação Internacional encaminhará o pedido de cooperação internacional ativa e respectiva tradução à autoridade central e, nos casos em que o Ministério Público Federal for a autoridade central, o envio será feito diretamente ao Estado requerido.

Art. 45. Os pedidos de cooperação ativa, inclusive de extradição, transferência de condenados, transferência de execução penal, recuperação de ativos e a respectiva tradução serão encaminhados pela Secretaria de Cooperação Internacional à autoridade central competente, observados os requisitos do tratado aplicável, as regras sobre assistência jurídica em matéria penal e a proposta de promessa de reciprocidade.

Parágrafo único. A proposta de promessa de reciprocidade será elaborada pela Secretaria de Cooperação Internacional e encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 46. As regras estabelecidas para os pedidos de cooperação passiva e ativa aplicam-se, no que couber, aos pedidos de extradição, de transferência de condenados, de transferência de execução penal, de recuperação de ativos, às transmissões espontâneas de informações e às transferências de procedimentos.

Art. 47. A Procuradoria-Geral da República, diretamente ou por meio da Secretaria de Cooperação Internacional, poderá avocar ou determinar a redistribuição de pedido de cooperação internacional passiva para assegurar seu efetivo cumprimento, observando o princípio da celeridade e os compromissos assumidos pelo Brasil em tratados ou convenções.

### Subseção III

#### Das Disposições Especiais sobre Extradição

Art. 48. A Secretaria de Cooperação Internacional manterá controle dos pedidos passivos de extradição e dos pedidos de prisão para fins extradicionais.

§ 1º A Secretaria de Cooperação Internacional oficiará periodicamente à autoridade central, à Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Ministério das Relações Exteriores para obtenção de informações sobre novos pedidos em matéria extradicional.

§ 2º A Secretaria Jurídica e de Documentação da Secretaria-Geral comunicará imediatamente à Secretaria de Cooperação Internacional a distribuição dos autos de que trata o caput, para registro e acompanhamento.

Art. 49. Os pedidos ativos de extradição, quando expedidos em investigação ou ação penal em curso na Justiça Federal, serão também registrados perante a Secretaria de Cooperação Internacional, a partir de comunicação encaminhada pelos membros do Ministério Público Federal responsáveis pelo feito, para acompanhamento pela Secretaria de Cooperação Internacional perante a autoridade central.

Art. 50. A Secretaria de Cooperação Internacional manterá estrita articulação com a autoridade central em matéria extradicional, com a representação brasileira da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), com outros órgãos brasileiros competentes e com os adidos policiais ou magistrados e membros do Ministério Público Federal acreditados no Brasil, a fim de assegurar rápida tramitação dos pedidos de extradição e cumprimento dos mandados de prisão preventiva extradicional.

#### Subseção IV

##### Da Conclusão do Procedimento de Cooperação Internacional

Art. 51. Os Procedimentos de Cooperação Internacional passiva não poderão ser arquivados pelos membros do Ministério Público Federal, devendo ser restituídos à Secretaria de Cooperação Internacional, com a classificação de cumpridos, parcialmente cumpridos ou não cumpridos.

§ 1º A Secretaria de Cooperação Internacional dará seguimento ao Procedimento de Cooperação Internacional cumprido, encaminhando-o às autoridades do Estado solicitante e encerrando a tramitação do feito.

§ 2º Caso o Procedimento de Cooperação Internacional retorne à Secretaria de Cooperação Internacional parcialmente cumprido ou não cumprido, o(a) Procurador(a)-Geral da República poderá, se for o caso, executar o pedido diretamente ou por intermédio da Secretaria, ou designar membro do Ministério Público Federal para fazê-lo.

§ 3º No caso do Procedimento de Cooperação Internacional parcialmente cumprido, os resultados das diligências solicitadas e cumpridas deverão ser encaminhados à autoridade requerente independentemente do aguardo das medidas ainda em execução, sempre que essa providência melhor atender à finalidade do pedido.

Art. 52. A Secretaria de Cooperação Internacional arquivará os Procedimentos de Cooperação Internacional ativa após cumprimento integral dos pedidos pelas autoridades requeridas estrangeiras e remessa dos documentos oriundos do exterior à autoridade requerente no Brasil.

Art. 53. A decisão de arquivamento será comunicada imediatamente aos interessados.

Art. 54. Da decisão de arquivamento caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, formulado nos próprios autos e dirigido ao(à) Procurador(a)-Geral da República, acompanhado de razões.

## Seção II

### Das Disposições sobre o Sistema Interamericano sobre Direitos Humanos

Art. 55. As notificações ou comunicações de quaisquer atos relativos a procedimentos ou processos perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, assim como solicitações de visitas, relatórios ou recomendações oriundas desses órgãos, serão autuadas e acompanhadas pela Secretaria de Cooperação Internacional.

Art. 56. A Secretaria de Cooperação Internacional enviará cópia dos expedientes recebidos para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e as Câmaras de Coordenação e Revisão com atribuição na matéria, para a adoção das medidas pertinentes nas suas respectivas áreas de atuação.

§ 1º A Secretaria de Cooperação Internacional solicitará, no prazo de 60 (sessenta) dias, informações sobre as medidas adotadas ou eventual manifestação fundamentada pela ausência de necessidade de intervenção institucional na matéria.



§ 2º A Secretaria de Cooperação Internacional, em atividade coordenada com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Câmara de Coordenação e Revisão com atribuição na matéria, quando for o caso, fornecerá informações aos órgãos do Poder Executivo para subsidiar eventual instrução nos processos e procedimentos a que se refere este artigo.

Art. 57. A Secretaria de Cooperação Internacional velará pelo cumprimento dos seguintes princípios do sistema interamericano de direitos humanos:

I - cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério de Direitos Humanos e a Advocacia-Geral da União para o recebimento e envio de informações e documentos;

II - pronta atuação com tomada de providências cabíveis no âmbito de atribuição do Ministério Público Federal;

III - independência funcional do Ministério Público Federal em relação à posição adotada pelos órgãos de representação formal do Estado brasileiro nos referidos procedimentos e processos;

IV - preservação do sigilo de atos e documentos, quando estabelecido nas normas convencionais ou legais que regulam os procedimentos e processos nos órgãos do sistema interamericano de direitos humanos ou em outros organismos internacionais.

Art. 58. As recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no que diz respeito a competências e funções do Ministério Público Federal, serão atendidas conforme orientação do(a) Procurador(a)-Geral da República, ouvidas a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e as Câmaras de Coordenação e Revisão com atribuição na matéria.

Parágrafo único. O cumprimento dos pontos resolutivos de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no que disser respeito a competências e funções do Ministério Público Federal, será imediato e prioritário.

Art. 59. As disposições desta subseção aplicam-se aos processos, procedimentos e comunicações do sistema internacional de direitos humanos, no que couber.

### CAPÍTULO III

#### DA SECRETARIA DE PERÍCIA, PESQUISA E ANÁLISE

Art. 60. A Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA) tem a seguinte estrutura administrativa:

I - Chefia de Gabinete;

~~II - Diretoria de Investigações Especiais - DIE; (Revogado pela [Portaria PGR/MPF nº 406, de 5 de maio de 2020](#))~~

II - Diretoria Executiva - DIEX;

III - Assessoria de Pesquisa e Análise - ASSPA; Incluído pela [Portaria PGR/MPF nº 406, de 5 de maio de 2020](#))

~~III - Centro Nacional de Perícia - CNP. )Revogado pela [Portaria PGR/MPF nº 406, de 5 de maio de 2020](#))~~

IV - Centro Nacional de Perícia - CNP. (Incluído pela [Portaria PGR/MPF nº 406, de 5 de maio de 2020](#))

~~Parágrafo único. A estrutura organizacional da Chefia de Gabinete, da Diretoria de Investigações Especiais e do Centro Nacional de Perícia será estabelecida por meio de ato do Secretário-Geral do Ministério Público Federal. (Revogado pela Portaria PGR/MPF nº 406, de 5 de maio de 2020)~~

Art. 61. Compete à Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise:

I - assessorar técnica e operacionalmente o(a) Procurador(a)-Geral da República e assisti-lo(a) em assuntos relacionados à produção de conhecimento técnico-científico não jurídico no âmbito do Ministério Público Federal;

II - oferecer serviços técnico-científicos não jurídicos, apoiando os membros do Ministério Público Federal no exercício da atividade finalística institucional;

III - coordenar, orientar, executar, supervisionar e normatizar as atividades relacionadas à elaboração de trabalhos técnico-científicos não jurídicos, nas diversas áreas do conhecimento científico relacionadas à atividade finalística, no âmbito do Ministério Público Federal;

IV - garantir a autonomia técnico-científica dos peritos e a integridade dos trabalhos elaborados;

V - coordenar o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas de informática necessários ao exercício de suas funções institucionais;

VI - atuar em colaboração com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e as Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para o desenvolvimento de estudos técnicos não jurídicos;

VII - definir diretrizes, objetivos e indicadores, bem como os critérios de priorização de atendimento das demandas periciais em ato normativo próprio, visando a eficiência e a efetividade da atuação pericial do Ministério Público Federal;

VIII - elaborar relatório anual de desempenho, contendo informações sobre o cumprimento das diretrizes, dos objetivos e dos indicadores propostos;

IX - planejar, coordenar e propor a execução de ações de capacitação e treinamento nas atividades institucionais da Secretaria para membros e servidores do Ministério Público Federal e usuários externos dos sistemas;

X - propor a estrutura administrativa e funcional para suporte às suas atividades, incluindo a estrutura mínima para suporte às atividades institucionais de cada Asspad/MPF;

XI - estabelecer, manter e desenvolver, em apoio ao(à) Procurador(a)-Geral da República, as relações do Ministério Público Federal com outras instituições nacionais e internacionais, em questões relacionadas às atribuições da Secretaria;

XII - coordenar o desenvolvimento, a manutenção e o gerenciamento da biblioteca de conhecimento pericial, zelando pela promoção e difusão do conhecimento científico produzido, visando ao apoio ao exercício das funções institucionais dos membros do Ministério Público Federal;

XIII - gerir a base de dados sobre conhecimentos específicos de servidores do Ministério Público Federal na sua área de formação acadêmica;

XIV - definir as competências dos setores que compõem sua estrutura administrativa;

XV - assistir o(a) Procurador(a)-Geral da República no relacionamento com órgãos e entidades que disponham de dados, informações e estruturas necessárias à atuação do Ministério Público Federal e propor a celebração de convênios, cooperações técnicas e protocolos de intercâmbio de informações;

XVI - pesquisar, coletar, armazenar, gerenciar, proteger, processar, analisar e difundir dados, internos ou externos, e produzir conhecimento necessário ao exercício das funções institucionais dos membros do Ministério Público Federal;

XVII - assegurar a cadeia de custódia das provas e informações sigilosas sob sua responsabilidade;

XVIII - receber, processar, analisar e armazenar dados sigilosos obtidos por meio de decisões judiciais, de representações encaminhadas por órgãos públicos ou de requisição direta dos membros do Ministério Público Federal;

XIX - coordenar, orientar, supervisionar e auditar as atividades de todas as Assessorias de Pesquisa e Análise Descentralizadas do Ministério Público Federal (Asspad/MPF), e estabelecer políticas e ações internas de proteção de dados, comunicações, documentos, instalações e pessoal;

XX - classificar, gerenciar e controlar os dados, as informações e os conhecimentos, segundo o grau de importância e sigilo, e providenciar sua disseminação aos membros do Ministério Público Federal;

XXI - planejar, coordenar e executar a gestão do conhecimento nos bancos de dados acumulados na Secretaria, nas Asspad/MPF e em sistemas da instituição;

XXII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade, determinadas pela autoridade superior.

Parágrafo único. O disposto no inciso XI será executado, quando for o caso, com o concurso da Secretaria de Cooperação Internacional.

## CAPÍTULO IV

### DA SECRETARIA DE CONCURSOS DO MPF

Art. 62. Compete à Secretaria de Concursos do MPF:

I - planejar e executar todas as etapas do concurso público para provimento de cargos de Procurador da República;

II - expedir instruções suplementares a serem observadas pelas Subcomissões Estaduais e do Distrito Federal no tocante a rotinas e procedimentos de execução do processo seletivo, bem como os respectivos prazos;

III - revisar a Resolução do Concurso e propor ao Conselho Superior do MPF as alterações pertinentes;

IV - elaborar proposta de edital de abertura do concurso e os demais editais que se fizerem necessários, bem como minutas de portarias;

V - elaborar o cronograma do concurso, submetendo-o à consideração superior;

VI - consolidar e aprovar o levantamento das despesas nas unidades do Ministério Público Federal em que serão realizadas as provas, adotando providências para a sua disponibilização;

VII - orientar as equipes de fiscalização nos Estados e no Distrito Federal durante a realização das provas objetivas e subjetivas;

VIII - apreciar recursos interpostos contra o indeferimento de pedidos de isenção da taxa de inscrição;

IX - apreciar requerimentos propostos por candidato(a)s, encaminhando-os ao(à) Procurador(a)-Geral da República, quando necessário;

X - consolidar as respostas dadas pelos candidatos às questões das provas objetivas, subjetivas e orais;

XI - supervisionar a impressão e expedição das provas objetivas e subjetivas, bem como a aplicação e realização destas, zelando pelo sigilo de todo o processo;

XII - promover a desidentificação de todo o material de prova, inclusive recursos, que será submetido à Comissão de Concurso;

XIII - providenciar a estrutura para a realização das provas orais e acompanhar o processo de realização destas, dando à Comissão de Concurso o suporte necessário; XIV - analisar os títulos apresentados pelo(a)s candidato(a)s, a fim de subsidiar a apreciação da Comissão de Concurso;

XV - formalizar o processo de inscrição definitiva dos candidatos aprovados nas provas escritas;

XVI - apoiar os trabalhos da Comissão de Concurso, da Comissão Especial de Avaliação e da Comissão de Heteroidentificação;

XVII - supervisionar as atividades de consolidação, de publicação do resultado final e de homologação do concurso;

XVIII - gerenciar os contratos celebrados com as empresas que prestam serviço à Secretaria de Concursos;

XIX - gerenciar os processos relativos às retribuições pecuniárias devidas a membros, servidores e demais colaboradores, adotando providências para a sua execução;

XX - desenvolver outras atribuições e atividades compatíveis com a sua finalidade.

CAPÍTULO V  
DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Seção I

Do Sistema de Comunicação Social

Art. 63. Compete à Secretaria de Comunicação Social, unidade orgânica nacional de direção e coordenação do Sistema de Comunicação Social do Ministério Público Federal:

I - planejar, organizar, dirigir e monitorar as atividades inerentes ao Sistema de Comunicação Social do Ministério Público Federal;

II - orientar tecnicamente as unidades do Ministério Público Federal, em especial as Assessorias de Comunicação Social, na execução das atividades especificadas no inciso I;

III - planejar, coordenar, orientar e executar atividades de divulgação institucional do Ministério Público Federal;

IV - assessorar o Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República, a Ouvidoria do MPF, o Conselho Superior do MPF, a Procuradoria-Geral Eleitoral, as Secretarias Nacionais do MPF, os(as) Subprocuradores(as)-Gerais da República, a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos e as Câmaras de Coordenação e Revisão na condução de assuntos relacionados à comunicação social e no relacionamento com a imprensa;

V - propor e executar medidas referentes a notícias relacionadas ao Ministério Público Federal veiculadas em meios de comunicação social;

VI - gerenciar e orientar, em âmbito nacional, o relacionamento do Ministério Público Federal com a mídia;

VII - planejar, coordenar e gerenciar a criação e implementação de canais de comunicação social institucionais nacionais, internos e externos;

VIII - gerenciar e atualizar o portal e a intranet nacional do Ministério Público Federal, comunidades internas e perfis em mídias sociais institucionais nacionais;

IX - planejar, coordenar, orientar e executar ações de divulgação sobre atividades administrativas nacionais direcionadas ao público interno;

X - coordenar, orientar, propor e elaborar ações ou produtos de publicidade e relacionamento institucional;

XI - gerenciar a marca do Ministério Público Federal;

XII - realizar o planejamento, a gestão e a execução orçamentária e financeira dos recursos destinados à Secretaria de Comunicação Social;

XIII - propor e apoiar estudos e pesquisas de imagem e reputação institucional e outras pertinentes à comunicação social.

## Seção II

### Da Estrutura Organizacional da Secretaria de Comunicação Social

Art. 64. A Secretaria de Comunicação Social tem a seguinte estrutura administrativa:

I - Gabinete;

II - Assessoria Técnica;

III - Subsecretaria de Comunicação – Área-Fim:

a) Coordenadoria de Atendimento à Imprensa;

b) Coordenadoria de Atendimento e Produção Jornalística:

b.1) Divisão de Atendimento aos Setores Vinculados ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República;

b.2) Divisão de Atendimento às Câmaras de Coordenação e Revisão e aos(às) Subprocuradores(as)-Gerais da República;

c) Coordenadoria de Gestão de Conteúdo – Área-Fim:

c.1) Divisão de Conteúdo Especializado;

IV - Subsecretaria de Comunicação – Área-Meio:

a) Assessoria de Integração da Comunicação Nacional;

b) Divisão de Atendimento – Área-Meio;

c) Assessoria de Conteúdo – Área-Meio;

V - Subsecretaria de Mídias e Comunicação Digital:

a) Divisão de Produção Audiovisual;

b) Divisão de Rádio;

c) Assessoria de Mídias Sociais;

d) Assessoria de Atendimento Negocial Web;

e) Divisão de Produção Web;

f) Divisão de Desenvolvimento Digital;

VI - Subsecretaria de Publicidade:

- a) Divisão de Planejamento e Criação;
- b) Divisão de Publicação Institucional.

### Seção III

#### Das Atribuições da Secretaria de Comunicação Social

Art. 65. São atribuições específicas do(a) Secretário(a) de Comunicação Social:

I - definir os objetivos, indicadores e metas da Secretaria de Comunicação Social, atentando-se para o Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público Federal;

II - apresentar periodicamente à Alta Administração os resultados alcançados pela Secretaria de Comunicação Social;

III - planejar, organizar, dirigir e monitorar as atividades relacionadas à comunicação social;

IV - zelar pelo alinhamento nacional das políticas e das diretrizes de comunicação social;

V - estabelecer diretrizes visando à uniformização do entendimento dos assuntos pertinentes à comunicação social no âmbito das unidades do Ministério Público Federal;

VI - zelar pelo cumprimento da Política de Comunicação Social do Ministério Público Federal;

VII - integrar o Subcomitê de Comunicação Social do Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança do Ministério Público Federal;

VIII - indicar servidores da área de Comunicação Social para a composição de grupos de trabalho e equipes de projetos para os quais haja necessidade de realização de atividades de comunicação social;

IX - aprovar o planejamento orçamentário da Secretaria, observando os respectivos planos internos;

X - assessorar o(a) Procurador(a)-Geral da República e o(a) Secretário(a)-Geral do Ministério Público Federal nas atividades de Comunicação Social.



§ 1º O(A) Secretário(a) de Comunicação Social poderá delegar, conforme a oportunidade ou conveniência, as atribuições administrativas relacionadas neste artigo, observadas as disposições legais.

§ 2º Ao(À) Secretário(a) de Comunicação adjunto(a) compete auxiliar o(a) secretário(a) de Comunicação Social no planejamento, na organização, na direção, na coordenação e no controle das atividades, especialmente no que diz respeito à gestão administrativa, orçamentária, de pessoal e dos contratos e acordos de cooperação da Secretaria de Comunicação Social, devendo auxiliar ainda o(a) titular no relacionamento com as Assessorias de Comunicação Social do MPF, visando à integração dos esforços dirigidos às ações nacionais.

§ 3º Cabe ao(à) Secretário(a) de Comunicação Social adjunto(a) substituir o(a) secretário(a) de Comunicação Social em seus impedimentos, afastamentos e vacância, e exercer em competência concorrente as atribuições que lhe forem conferidas pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social.

Art. 66. Ao Gabinete compete:

I - coordenar, organizar e executar as atividades de expediente e de apoio administrativo do Gabinete;

II - acompanhar e orientar a instrução e tramitação de documentos e procedimentos administrativos nas unidades da Secretaria de Comunicação Social;

III - apoiar o monitoramento da gestão administrativa, orçamentária, de pessoal e dos contratos e acordos de cooperação da Secretaria de Comunicação Social;

IV - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade, quando determinado pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social.

Art. 67. À Assessoria Técnica compete:

I - elaborar a proposta orçamentária da Secretaria de Comunicação Social, de acordo com as necessidades da unidade;

II - planejar, coordenar, supervisionar e controlar a execução orçamentária da Secretaria de Comunicação Social;

III - efetuar a gestão documental dos contratos firmados com fornecedores e a execução dos acordos de cooperação firmados com órgãos e entidades;

IV - efetuar a gestão documental dos projetos institucionais sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social;

V - conceder, quando houver disponibilidade financeira, os recursos para as compras e as contratações das Assessorias de Comunicação Social;

VI - gerenciar os processos de contratação sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social;

VII - instruir processos de pagamento de contratos e aquisições vinculados à Secretaria de Comunicação Social;

VIII - acompanhar e orientar os responsáveis pela fiscalização dos contratos vinculados à Secretaria de Comunicação Social e às Assessorias de Comunicação Social;

IX - monitorar a execução das prioridades elencadas no planejamento da Secretaria de Comunicação Social e realizar ou propor estudos técnicos para subsidiar o processo decisório;

X - fomentar a inovação e a melhoria contínua dos processos e das ferramentas gerenciais da Secretaria;

XI - apoiar o mapeamento e redesenho de processos de trabalho da Secretaria;

XII - consolidar dados gerenciais das unidades da Secretaria para composição de relatórios gerenciais;

XIII - prestar ao(à) Secretário(a) de Comunicação Social o suporte necessário ao processo decisório, mediante a prospecção, consolidação e análise de dados;

XIV - coordenar o atendimento às demandas relativas à obtenção e manutenção dos recursos materiais e patrimoniais necessários à Secretaria de Comunicação Social;

XV - auxiliar o Gabinete na gestão administrativa da Secretaria de Comunicação Social, apoiando na implementação e no uso de ferramentas de gestão e de sistemas administrativos;

XVI - acompanhar e atualizar o Painel de Contribuição da Secretaria de Comunicação Social, observando as diretrizes da Secretaria de Gestão Estratégica;

XVII - organizar a realização das Reuniões do Subcomitê de Comunicação Social;

XVIII - assessorar o(a) secretário(a) de Comunicação Social em suas ações de representação institucional da Secretaria de Comunicação Social, inclusive em órgãos colegiados;

XIX - assessorar o(a) secretário(a) de Comunicação Social nos assuntos referentes à imagem e reputação institucionais, com apoio das demais Subsecretarias;

XX - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade, quando determinadas pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social.

Art. 68. À Subsecretaria de Comunicação – Área-Fim compete:

I - colher, apurar e produzir conteúdo para os veículos institucionais nacionais e da Procuradoria-Geral da República relacionados à área-fim do Ministério Público Federal;

II - propor pautas nacionais para ações de comunicação social integrada, quando a relevância e a urgência do assunto justificarem tal abrangência e esforço conjunto;

III - apoiar, por meio de divulgações institucionais, a transparência das ações da Alta Administração do Ministério Público Federal;

IV - produzir e divulgar material jornalístico sobre as atividades da área-fim do Ministério Público Federal;

V - propor políticas e diretrizes de atendimento à imprensa e divulgações relacionadas à área-fim do Ministério Público Federal;

VI - editar e publicar, nos veículos de comunicação social institucionais gerenciados pela Secretaria de Comunicação Social, material jornalístico produzido pelas Assessorias de Comunicação Social e pela Assessoria de Comunicação e Informação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PDFC);

VII - fazer o controle de pautas relacionadas à área-fim do Ministério Público Federal e propor o planejamento da divulgação de maneira a buscar a melhor distribuição e alcance do conteúdo;

VIII - auxiliar e orientar membros e servidores da Procuradoria-Geral da República quanto às melhores práticas de relacionamento com a imprensa;

IX - planejar e manter contato com a imprensa para divulgação da atuação do Ministério Público Federal;

X - gerenciar, monitorar e mensurar o atendimento à imprensa e a participação do Ministério Público Federal nos veículos de comunicação tradicionais;

XI - registrar as demandas do setor em sistemas determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

XII - gerenciar o conteúdo de comunicação institucional veiculado no Portal do MPF;

XIII - planejar ações estratégicas e integradas de comunicação social em consonância com as diretrizes do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República e do

Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público Federal e prestar assessoramento na sua execução;

XIV - trabalhar, em parceria com a Subsecretaria de Mídias e Comunicação Digital, a Subsecretaria de Publicidade e a Subsecretaria de Comunicação – Área-Meio, na definição da melhor estratégia de atendimento às demandas;

XV - apoiar o(a) secretário(a) de Comunicação Social na análise do cenário institucional, provendo subsídios para a tomada de decisões estratégicas;

XVI - assessorar o(a) secretário(a) de Comunicação Social em ações de prevenção e gestão de crises;

XVII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

XVIII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social.

Art. 69. À Coordenadoria de Atendimento à Imprensa compete:

I - gerenciar, em âmbito nacional, o relacionamento do Ministério Público Federal com a mídia, com foco nas atividades das áreas meio e fim afetas à Procuradoria-Geral da República;

II - preparar porta-vozes para conceder entrevistas e estabelecer relacionamento com jornalistas;

III - acompanhar entrevistas relacionadas às atividades do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República e de suas Secretarias vinculadas, da Ouvidoria do MPF, das Câmaras de Coordenação e Revisão, dos(das) Subprocuradores(as)-Gerais da República e dos Conselhos Superior e Institucional do MPF;

IV - monitorar a cobertura da mídia em relação aos temas de interesse do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República e dos seus setores vinculados, da Secretaria-Geral, da Ouvidoria do MPF, das Câmaras de Coordenação e Revisão, dos(as) Subprocuradores(as)-Gerais da República e dos Conselhos Superior e Institucional do MPF;

V - registrar e monitorar o atendimento à imprensa em sistemas de informação determinado pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VI - propor, planejar e executar, em parceria com outros setores da Secretaria de Comunicação Social, ações de imprensa alinhadas com a estratégia da área demandante;

VII - elaborar relatórios/clipagens especiais para temas específicos;

VIII - fazer credenciamento de imprensa, preparar press kit e material de apoio para divulgação de eventos, com apoio das Divisões de Atendimento da Área-Meio e da Área-Fim;

IX - divulgar, proativamente, a atuação do MPF por meio de releases, avisos de pauta e sugestões de cobertura;

X - apoiar e orientar as Assessorias de Comunicação Social nas demandas de imprensa em âmbito nacional, sugerindo encaminhamentos e soluções;

XI - gerenciar/enviar notícias para o mailing de e-mail e para listas de transmissão;

XII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

XIII - desenvolver outras atividades inerentes à finalidade, determinadas pela chefia imediata.

Art. 70. À Coordenadoria de Atendimento e Produção Jornalística compete:

I - acompanhar as atividades do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República e das suas Secretarias vinculadas, da Procuradoria-Geral Eleitoral, da Ouvidoria, das Câmaras de Coordenação e Revisão, do Conselho Institucional do MPF e dos(as) Subprocuradores(as)-Gerais da República, a fim de identificar oportunidades de divulgação de interesse público e da Instituição;

II - acompanhar, cobrir e produzir conteúdo jornalístico sobre a atuação do(a) Procurador(a)-Geral da República nos Tribunais Superiores (Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal de Justiça), a partir de diretriz editorial definida pela Política de Comunicação Social e seus manuais, bem como pelo(a) Secretário(a) de Comunicação Social;

III - receber demandas, avaliar cenários e propor soluções de comunicação para as áreas atendidas, com foco na produção jornalística e na sugestão de pautas para veículos de comunicação institucionais e comerciais;

IV - propor, planejar e executar, em parceria com as Assessorias de Comunicação Social, pautas de âmbito nacional para repercussão em veículos de mídia on-line, impressa, televisiva e radiofônica;

V - colher, apurar, produzir e publicar material jornalístico sobre atividades do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República e das suas Secretarias vinculadas, da Procuradoria-Geral Eleitoral, da Ouvidoria, das Câmaras de Coordenação

e Revisão, do Conselho Institucional do MPF e dos(as) Subprocuradores(as)-Gerais da República;

VI - acompanhar e divulgar reuniões, encontros, sessões, audiências públicas, atos, ações e eventos de interesse institucional promovidos por ou com participação de integrantes do Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República e das suas Secretarias vinculadas, da Procuradoria-Geral Eleitoral, da Ouvidoria, das Câmaras de Coordenação e Revisão, do Conselho Institucional do MPF e dos(as) Subprocuradores(as)- Gerais da República;

VII - produzir boletins temáticos nacionais com conteúdo jornalístico relacionados à atuação das áreas finalísticas do Ministério Público Federal, considerados os objetivos, a oportunidade e a eficiência do canal;

VIII - propor critérios para a avaliação e mensuração de resultados das ações nacionais de comunicação social realizadas pela Secretaria de Comunicação Social;

IX - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

X - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

XI - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 71. À Divisão de Atendimento aos Setores Vinculados ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República compete:

I - prospectar, propor, planejar e executar soluções de comunicação social identificadas como necessárias aos setores vinculados ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República e à Ouvidoria do MPF;

II - avaliar as demandas de comunicação social relacionadas aos setores vinculados ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República e à Ouvidoria do MPF e propor soluções adequadas ao cenário institucional;

III - coordenar a execução e acompanhar as entregas das demandas, sob responsabilidade de todos os setores da Secretaria de Comunicação Social, relativas aos setores vinculados ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República e à Ouvidoria do MPF;

IV - aferir o nível de satisfação dos setores vinculados ao Gabinete do(a) PGR e da Ouvidoria do MPF com relação ao trabalho desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social;

V - trabalhar, em parceria com a Subsecretaria de Publicidade e a Subsecretaria de Mídias e Comunicação Digital, na definição da melhor estratégia de atendimento às demandas;

VI - fazer, em conjunto com a Subsecretaria de Publicidade, a articulação com eventuais parceiros institucionais, para a veiculação de campanhas institucionais, em diferentes mídias;

VII - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VIII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

IX - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 72. À Divisão de Atendimento às Câmaras de Coordenação e Revisão e aos(às) Subprocuradores(as)-Gerais da República compete:

I - prospectar, propor, planejar e executar soluções de comunicação social identificadas como necessárias para divulgar a atuação das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e dos(as) Subprocuradores(as)-Gerais da República;

II - avaliar as demandas de comunicação social relacionadas aos setores vinculados às Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e aos(às) Subprocuradores(as)-Gerais da República e propor soluções adequadas ao cenário institucional;

III - propor, planejar e executar soluções de comunicação social identificadas como necessárias aos setores vinculados às Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e aos(às) Subprocuradores(as)-Gerais da República;

IV - coordenar a execução integrada e acompanhar as entregas previstas de demandas, sob responsabilidade de todos os setores da Secretaria de Comunicação Social, relacionadas aos setores vinculados às Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e aos(às) Subprocuradores(as)-Gerais da República;

V - aferir o nível de satisfação dos setores vinculados às Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e aos(às) Subprocuradores(as)-Gerais da República com relação ao trabalho desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social;

VI - trabalhar, em parceria com a Subsecretaria de Publicidade e a Subsecretaria de Mídias e Comunicação Digital, na definição da melhor estratégia de atendimento às demandas;

VII - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VIII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

IX - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 73. Compete à Coordenadoria de Gestão de Conteúdo – Área-Fim:

I - gerenciar o conteúdo jornalístico veiculado no portal nacional do Ministério Público Federal;

II - gerenciar os banners da página home do portal do MPF;

III - atualizar as notícias-destaque das páginas Eleitoral e da Procuradoria-Geral da República, disponíveis no portal MPF;

IV - editar e adequar os releases enviados pelas unidades do MPF para destaque nacional, seguindo manual de redação, padrões e estilos do portal definidos na Política de Comunicação do Ministério Público Federal;

V - editar textos produzidos pelos redatores da Procuradoria-Geral da República relacionados à área-fim do Ministério Público Federal, sempre que necessário, bem como submetê-los à aprovação do cliente;

VI - definir as notícias nacionais do Boletim MPF em Destaque relacionadas à área-fim;

VII - redigir o tuíte automático das matérias do site, quando na impossibilidade da área responsável, podendo prestar suporte ainda na divulgação de matéria de relevância na página do MPF no Facebook;

VIII - redigir, quando solicitado, atividades de redação de conteúdos jornalísticos, bem como prestar auxílio em outras demandas da Subsecretaria de Comunicação – Área-Fim;



IX - apoiar a produção de conteúdos jornalísticos de radiodifusão sobre a atuação nacional do Ministério Público Federal;

X - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

XI - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições específicas da área, quando houver;

XII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade, determinadas pela chefia imediata.

Art. 74. Compete à Divisão de Conteúdo Especializado:

I - colher, apurar e produzir conteúdo jornalístico para os veículos institucionais nacionais e da Procuradoria-Geral da República relativos ao Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República;

II - cobrir eventos promovidos pelo Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República ou em parceria com outras instituições;

III - produzir releases sobre manifestações e pareceres enviados pelo(a) Procurador(a)-Geral da República aos Tribunais Superiores;

IV - fazer levantamento de informações para subsidiar ações de comunicação referentes à atuação do(a) Procurador(a)-Geral da República; V - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VI - auxiliar na redação de pronunciamentos, comunicações e atos oficiais do(a) Procurador(a)-Geral da República;

VII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade, determinadas pela chefia imediata.

Art. 75. Compete à Subsecretaria de Comunicação – Área-Meio:

I - colher, apurar e produzir conteúdos para os veículos nacionais e da Procuradoria-Geral da República relacionados à Secretaria-Geral do MPF/MPU e suas Secretarias Nacionais vinculadas, à Corregedoria e ao Conselho Superior do MPF;

II - propor e auxiliar a elaboração de produtos de comunicação social direcionados à área-meio do Ministério Público Federal;

III - editar e publicar material produzido pelas Assessorias de Comunicação Social, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadãos e pela Escola Superior do Ministério Público da União sobre atividades de interesse do público interno do Ministério Público Federal;

IV - gerenciar o conteúdo de comunicação social institucional veiculado na intranet do Ministério Público Federal;

V - propor políticas e diretrizes relacionadas às divulgações relacionadas à área-meio do Ministério Público Federal;

VI - propor pautas nacionais para ações de comunicação social integradas, quando a relevância e a urgência do assunto justificarem tal abrangência e esforço conjunto;

VII - fazer o controle de pautas relacionadas à Secretaria-Geral do MPF/MPU e suas Secretarias Nacionais vinculadas, à Corregedoria e ao Conselho Superior do MPF e propor o planejamento da divulgação de maneira a buscar a melhor distribuição e alcance do conteúdo;

VIII - apoiar, por meio de divulgações institucionais, a transparência das ações da Alta Administração do Ministério Público Federal;

IX - assessorar as Secretarias Nacionais vinculadas à Secretaria-Geral do Ministério Público Federal na interlocução com diversos públicos;

X - auxiliar e incentivar a comunicação direta entre os atores da Instituição; XI - assessorar o(a) secretário(a) de Comunicação Social em ações de prevenção e gestão de crises;

XII - apoiar o(a) secretário(a) de Comunicação Social na análise do cenário institucional, provendo subsídios para a tomada de decisões estratégicas;

XIII - planejar ações estratégicas e integradas de comunicação social em consonância com as diretrizes da Secretaria-Geral e do Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público Federal e prestar assessoramento na sua execução;

XIV - trabalhar, em parceria com a Subsecretaria de Publicidade, a Subsecretaria de Mídias e Comunicação Digital e a Subsecretaria de Comunicação – Área-Fim, na definição da melhor estratégia de atendimento às demandas; XV - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

XVI - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

XVII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pelo(a) Secretário(a) de Comunicação Social.

Art. 76. Compete à Assessoria de Integração da Comunicação Nacional:

I - assessorar o(a) secretário(a) de Comunicação Social na promoção do diálogo e da integração entre as unidades que compõem o Sistema de Comunicação Social do Ministério Público Federal;

II - assessorar o(a) secretário(a) de Comunicação Social no mapeamento de necessidades da Secretaria de Comunicação Social e das Assessorias de Comunicação Social do MPF;

III - fazer a articulação entre as áreas da Secretaria de Comunicação Social, e entre esta e as Assessorias de Comunicação Social;

IV - planejar ações voltadas à identificação de públicos de interesse e promover ações de comunicação para gestão do relacionamento com esses públicos; V - propor critérios para a avaliação e mensuração de resultados das ações nacionais de comunicação social realizadas pela Secretaria de Comunicação Social;

VI - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social.

Art. 77. Compete à Divisão de Atendimento – Área-Meio:

I - prospectar, propor, planejar e executar soluções de comunicação identificadas como necessárias à área-meio do Ministério Público Federal;

II - avaliar as demandas de comunicação social relacionadas à área-meio do Ministério Público Federal e propor soluções adequadas ao cenário institucional;

III - propor pautas nacionais para ações de comunicação social integrada, quando a relevância e a urgência do assunto justificarem tal abrangência e esforço conjunto;

IV - coordenar a execução integrada e acompanhar as entregas previstas de demandas de comunicação, sob responsabilidade de todos os setores da Secretaria de Comunicação Social, relacionadas à Secretaria-Geral do Ministério Público Federal/Ministério Público da União e suas Secretarias Nacionais vinculadas, à Corregedoria e ao Conselho Superior do MPF;

V - aferir o nível de satisfação da área-meio em relação ao trabalho desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social;

VI - trabalhar, em parceria com a Subsecretaria de Publicidade e a Subsecretaria de Mídias e Comunicação Digital, na definição da melhor estratégia de atendimento às demandas;

VII - propor critérios para a avaliação e mensuração de resultados das campanhas de comunicação social relacionadas à área-meio realizadas pela Secretaria de Comunicação Social;

VIII - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

IX - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

X - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 78. Compete à Assessoria de Conteúdo – Área-Meio:

I - gerenciar o conteúdo jornalístico veiculado na intranet do Ministério Público Federal e nos demais veículos internos de comunicação;

II - gerenciar os banners da intranet do MPF;

III - editar e adequar os releases enviados pelas unidades do MPF para destaque nacional, seguindo manual de redação, padrões e estilos do portal definidos na Política de Comunicação do Ministério Público Federal;

IV - editar textos produzidos pelos redatores da Procuradoria-Geral da República relacionados à área-meio do Ministério Público Federal, sempre que necessário, bem como submetê-los à aprovação do cliente;

V - colher, apurar e produzir conteúdo para os veículos institucionais nacionais e da Procuradoria-Geral da República relacionados à área-meio do Ministério Público Federal;

VI - definir as notícias no Boletim MPF em Destaque relacionadas à área-meio;

VII - publicar nos veículos de comunicação nacional notícias referentes à área-meio;

VIII - editar e publicar, nos veículos de comunicação social institucionais gerenciados pela Secretaria de Comunicação Social, material jornalístico voltado ao público interno produzido pelas Assessorias de Comunicação Social e pela Assessoria de Comunicação e Informação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PDFC);

IX - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

X - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

XI - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 79. Compete à Subsecretaria de Mídias e Comunicação Digital:

I - fazer estudos para identificar oportunidades e necessidades de melhoria nos sites e intranets do MPF, elaborar produtos audiovisuais, gerenciar os perfis em mídias sociais do Ministério Público Federal;

II - propor e gerenciar ações de modernização e de reestruturação dos sites da internet e nas intranets do Ministério Público Federal;

III - elaborar, implementar e coordenar projetos de hotspots de projetos, programas e campanhas institucionais;

IV - trabalhar, em parceria com a Subsecretaria de Publicidade, a Subsecretaria de Comunicação – Área-Fim e a Subsecretaria de Comunicação – Área-Meio, na definição da melhor estratégia de atendimento às demandas;

V - gerenciar, em parceria com os demais setores da Secretaria de Comunicação Social, o conteúdo dos sites e das intranets do Ministério Público Federal;

VI - apoiar a manutenção visual, a navegação e as funcionalidades do Portal da Transparência do Ministério Público Federal;

VII - fomentar o intercâmbio de soluções web entre as unidades que compõem o Sistema de Comunicação Social do Ministério Público Federal;

VIII - administrar os perfis nacionais do MPF nas mídias sociais;

IX - propor e gerenciar, com base na política de Comunicação do MPF, a inserção nacional do MPF em novas mídias;

X - gerenciar os produtos audiovisuais do MPF de caráter jornalístico e institucional;

XI - propor e gerenciar novos projetos audiovisuais;

XII - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

XIII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

XIV - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social.

§ 1º Excetua-se da responsabilidade da Subsecretaria de Comunicação Digital e de seus setores vinculados a solução de problemas relacionados à infraestrutura digital, tais como instabilidade ou indisponibilidade de servidores web, insuficiência de espaço para armazenamento em servidores e gerenciamento de cache.

§ 2º Fica resguardada a competência e a responsabilidade das demais unidades do Ministério Público Federal pela criação, conteúdo e gestão de páginas locais.

Art. 80. Compete à Divisão de Produção Web:

I - gerenciar permissões de acesso a gestores de conteúdo de sites do Ministério Público Federal;

II - prestar suporte e treinamento para gestores de conteúdo de sites sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social;

III - gerir o conteúdo geral da página principal dos sites sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social;

IV - desenvolver e manter códigos de sites demandados à Secretaria de Comunicação Social;

V - gerenciar as ferramentas de monitoramento de visitação e compilação de estatísticas de acesso aos sites do Ministério Público Federal;

VI - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 81. À Assessoria de Atendimento Negocial Web compete:

I - prospectar, propor, planejar e executar soluções de comunicação digital identificadas como necessárias à atuação do Ministério Público Federal;

II - avaliar as demandas de comunicação digital do Ministério Público Federal e propor soluções adequadas ao cenário institucional;

III - aferir o nível de satisfação da área-meio em relação ao trabalho desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social;

IV - elaborar leiaute de soluções digitais, tais como sites, sistemas e formulários online, para plataformas digitais do Ministério Público Federal;

V - produzir peças de comunicação visual específicas para plataformas digitais de comunicação, tais como portais internos e externos, sistemas e aplicativos;

VI - desenvolver e aplicar códigos CSS para sites demandados à Secretaria de Comunicação Social;

VII - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VIII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

IX - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 82. Compete à Divisão de Desenvolvimento Digital:

I - desenvolver códigos em linguagens de programação, com o objetivo de implementar funcionalidades em plataformas digitais sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social;

II - implementar soluções de autenticação de usuários em plataformas digitais sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social;

III - implementar e configurar áreas restritas, fluxos de publicação de conteúdos e perfis de acesso nas plataformas digitais sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social;

IV - gerenciar o processo de importação, exportação, acesso e manipulação de dados de sistemas de gerenciamento de conteúdo de plataformas digitais sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social;

V - articular com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação a configuração e o agendamento de execução de rotinas automatizadas nas plataformas digitais sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social;

VI - desenvolver formulários para disponibilização nos sites do Ministério Público Federal;

VII - avaliar problemas de desempenho nos sites do Ministério Público Federal e propor melhorias nessas plataformas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

VIII - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

IX - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

X - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 83. Compete à Divisão de Produção Audiovisual:

I - planejar, gerenciar e coordenar a produção de conteúdo jornalístico televisivo diário e semanal sobre a atuação nacional do Ministério Público Federal;

II - produzir, dirigir e editar vídeos institucionais veiculados nos canais institucionais de comunicação social do Ministério Público Federal;

III - gerenciar a interface de veiculação do conteúdo jornalístico televisivo no portal do Ministério Público Federal na internet;

IV - fazer a cobertura fotográfica de pautas relacionadas à atuação administrativa e finalística do Ministério Público Federal;

V - gerenciar o acervo de conteúdo audiovisual e fotográfico produzido pela unidade;

VI - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 84. Compete à Divisão de Rádio:

I - planejar, gerenciar e coordenar a produção de conteúdo jornalístico para o programa de rádio sobre a atuação nacional do Ministério Público Federal;

II - produzir, gravar e editar os produtos institucionais radiofônicos do Ministério Público Federal;

III – gerenciar a interface de veiculação do conteúdo radiofônico no portal do Ministério Público Federal na internet;

IV – registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

V – fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

VI – desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.



Art. 85. Compete à Assessoria de Mídias Sociais:

I - pesquisar, produzir, publicar e gerenciar conteúdo para campanhas e outras ações em mídias sociais em que o Ministério Público Federal possua perfis;

II - promover a interação com usuários das redes sociais nos perfis institucionais, fomentando a divulgação da atuação institucional e prestando esclarecimentos;

III - monitorar e mensurar a repercussão de conteúdos relacionados à atuação institucional publicados nas mídias sociais;

IV - produzir conteúdo para ações de mobilização digital nas mídias sociais, inclusive mediante articulação com parceiros institucionais ou pessoas físicas;

V - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VI - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

VII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 86. Compete à Subsecretaria de Publicidade:

I - propor, gerenciar e orientar a execução de atividades de Publicidade Institucional no âmbito do Ministério Público Federal;

II - gerenciar a marca do Ministério Público Federal, em consonância com o Manual de Identidade Visual da instituição;

III - gerenciar a execução de demandas de design gráfico e editorial, produção gráfica e de editoração de publicações institucionais do Ministério Público Federal;

IV - prestar apoio às Assessorias de Comunicação Social no atendimento a demandas de criação de design gráfico, produção gráfica, design editorial e de editoração de publicações institucionais;

V - propor políticas e diretrizes relacionadas às ações de publicidade institucional e produção editorial do Ministério Público Federal;

VI - apoiar a realização de iniciativas voltadas à gestão de imagem e reputação institucionais;

VII - trabalhar, em parceria com a Subsecretaria de Mídias e Comunicação Digital, a Subsecretaria de Comunicação – Área-Fim e a Subsecretaria de

Comunicação – Área-Meio, na definição da melhor estratégia de atendimento às demandas;

VIII - planejar campanhas internas e externas e outras ações de divulgação do Ministério Público Federal, quando dotadas de relevância estratégica;

IX - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

X - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

XI - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 87. Compete à Divisão de Planejamento e Criação:

I - planejar, coordenar e executar o processo de criação e produção de peças de comunicação institucional para campanhas internas e externas, ações de divulgação e eventos institucionais do Ministério Público Federal;

II - coordenar o planejamento, a criação, a produção e a divulgação de campanhas executadas por meio da agência de publicidade contratada;

III - apoiar a Subsecretaria de Mídias e Comunicação Digital com a criação de peças gráficas para mídias sociais e desenvolvimento de vinhetas de abertura e encerramento de vídeos de campanhas institucionais;

IV - criar identidades visuais para peças e produtos de comunicação social da instituição;

V - apoiar as unidades da Secretaria de Comunicação Social na criação de seus respectivos produtos de comunicação social;

VI - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

Art. 88. Compete à Divisão de Publicação Institucional:

I - coordenar e executar as demandas de design editorial e o processo de editoração de produtos institucionais do Ministério Público Federal;

II - coordenar as demandas de impressão dos produtos desenvolvidos pela Secretaria de Comunicação Social;

III - fazer revisão ortográfica e gramatical de publicações e peças de divulgação institucional sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social;

IV - coordenar e executar a diagramação e a impressão de cartões de apresentação institucionais;

V - apoiar as Divisões de Atendimento das Áreas Meio e Fim no planejamento de produtos editoriais;

VI - registrar as demandas do setor em sistemas de informação determinados pelo(a) secretário(a) de Comunicação Social;

VII - fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados às atribuições da área;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade determinadas pela chefia imediata.

#### Seção IV

#### Das Assessorias de Comunicação Social

Art. 89. Compete às Assessorias de Comunicação Social, unidades integrantes do Sistema de Comunicação Social do Ministério Público Federal localizadas nas unidades regionais e estaduais do Ministério Público Federal:

I - planejar, coordenar e executar os serviços e as atividades de comunicação social, de natureza jornalística, publicitária e de relações públicas, conforme a Política de Comunicação Social do Ministério Público Federal e as orientações complementares expedidas pela Secretaria de Comunicação Social;

II - fazer as atividades de assessoria de imprensa, publicidade institucional, comunicação digital e gestão da comunicação no âmbito da Unidade Administrativa de Gestão respectiva;

III - executar atividades e serviços de comunicação de forma integrada com a Secretaria de Comunicação Social e com as demais Assessorias de Comunicação Social;

IV - auxiliar na gestão do relacionamento da instituição com seus diversos públicos;

V - zelar pela aplicação da marca do Ministério Público Federal;

VI - apoiar ações relacionadas à atividade de comunicação social previstas no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público Federal e o cumprimento das metas estabelecidas no Painel de Contribuição da sua unidade;

VII - utilizar as ferramentas tecnológicas disponibilizadas pelo MPF e definidas pela Secretaria de Comunicação Social para registro de atendimento dos pedidos realizados à Assessoria de Comunicação Social.

Parágrafo único. As atividades exercidas pelas Assessorias de Comunicação Social são coordenadas e gerenciadas pelo respectivo assessor(a)-chefe de Comunicação, a quem também incumbe a chefia administrativa da unidade.

### Subseção I

#### Dos serviços prestados pelas Assessorias de Comunicação Social

Art. 90. Compete às Assessorias de Comunicação Social o planejamento e a execução de serviços:

I - administrativos, de planejamento e de gestão do setor; II - de assessoria de imprensa;

III - de comunicação digital e mídias sociais; IV - de publicidade institucional;

V - de comunicação interna;

VI - de relacionamento institucional.

### Subseção II

#### Dos Serviços Administrativos, de Planejamento e Gestão

Art. 91. São serviços administrativos, de planejamento e gestão de competência das Assessorias de Comunicação Social:

I - coordenar e executar atividades de expediente e apoio administrativo, como expedição e recebimento de documentos e manutenção de arquivos da Assessoria de Comunicação Social;

II - manter e atualizar mailing-lists da Assessoria de Comunicação Social para as atividades de divulgação institucional;

III - efetuar o planejamento das atividades do setor em consonância com as demais áreas administrativas da unidade;

IV - fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos relativos às suas atividades, com apoio da respectiva Coordenadoria de Administração;

V - fazer monitoramento e acompanhamento dos indicadores de desempenho específicos da área de Comunicação Social definidos pela Secretaria de Comunicação Social e pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

VI - orientar as áreas fim e meio quanto às estratégias de distribuição de material de divulgação institucional destinado a órgãos de relacionamento e públicos de interesse do Ministério Público Federal;

VII - propor, criar e avaliar canais de comunicação social que atendam aos diversos públicos de interesse.

### Subseção III

#### Dos Serviços de Assessoria de Imprensa

Art. 92. São serviços de assessoria de imprensa de competência das Assessorias de Comunicação Social:

I - colher, apurar e produzir material jornalístico sobre a atuação do Ministério Público Federal;

II - criar, produzir e atualizar veículos de comunicação em atendimento a demandas locais e em consonância com a Política de Comunicação do Ministério Público Federal;

III - divulgar, proativamente, a atuação do MPF por meio de release, avisos de pauta e sugestões de cobertura;

IV - preparar porta-vozes para conceder entrevistas e estabelecer relacionamento com jornalistas;

V - auxiliar e orientar integrantes da instituição quanto às melhores práticas de relacionamento com a imprensa, acompanhando, sempre que possível, entrevistas concedidas por membros da sua respectiva unidade;

VI - fazer atendimento à imprensa e manter contato para divulgação da atuação do Ministério Público Federal;

VII - elaborar relatórios/clipagens especiais para temas específicos;

VIII - fazer credenciamento de imprensa, preparar press kit e material de apoio para divulgação de eventos;

IX - gerenciar, monitorar e mensurar a participação do Ministério Público Federal nas mídias tradicionais e nas novas mídias;

X - produzir e publicar conteúdo nos sites, nas mídias sociais e em outros veículos de comunicação institucional;

XI - apoiar as pautas nacionais definidas pela Secretaria de Comunicação Social, bem como participar destas.

#### Subseção IV

##### Dos Serviços de Comunicação Digital e Mídias Sociais

Art. 93. São serviços de comunicação digital e mídias sociais de competência das Assessorias de Comunicação Social:

I - pesquisar, produzir, publicar e gerenciar conteúdo para campanhas e outras ações em mídias digitais em que a respectiva unidade estadual ou regional possua perfis;

II - zelar pelas boas práticas de comunicação em redes sociais indicadas no Manual de Redes Sociais do Ministério Público Federal, fomentando a divulgação da atuação institucional e prestando esclarecimentos;

III - monitorar a repercussão de postagens realizadas nas mídias sociais por meio de perfis locais;

IV - produzir conteúdo para ações de mobilização digital nas mídias sociais, inclusive mediante articulação com parceiros institucionais ou pessoas físicas;

V - publicar e atualizar conteúdo de divulgação institucional nas páginas de intranet e internet da unidade;

VI - propor e coordenar a execução de projetos audiovisuais para divulgação institucional;

VII - executar trabalhos de fotografia relacionados à comunicação social;

VIII - produzir e gravar notas e matérias para os programas de rádio do Ministério Público Federal;

IX - orientar e apoiar a produção de matérias para o programa de televisão do Ministério Público Federal;

X - zelar pela ampla e constante divulgação, a todo o público interno da unidade, das diretrizes de conduta em redes sociais estabelecidas pela Política de Comunicação Social do Ministério Público Federal.

§ 1º A criação de sites e portais institucionais na internet é competência exclusiva da Secretaria de Comunicação Social.

§ 2º A gestão dos perfis institucionais nacionais em mídias sociais é competência exclusiva da Secretaria de Comunicação Social.

§ 3º A criação e a gestão de perfis locais em mídias sociais devem observar as diretrizes previstas na Política de Comunicação Social do Ministério Público Federal.

#### Subseção V

#### Dos Serviços de Publicidade Institucional

Art. 94. São serviços de publicidade institucional de competência das Assessorias de Comunicação Social:

I - criar produtos gráficos e digitais para iniciativas e veículos de comunicação interna e externa locais;

II - planejar, criar e executar campanhas institucionais locais;

III - atender às demandas locais de criação e produção gráfica de material publicitário e executá-las;

IV - criar identidades visuais para programas, produtos e ações institucionais locais, em consonância com o Manual de Identidade Visual do Ministério Público Federal;

V - elaborar conteúdo de divulgação institucional para intranet e sites de internet da unidade;

VI - zelar pela aplicação da marca do Ministério Público Federal, em consonância com o Manual de Identidade Visual da instituição.

Parágrafo único. Não são objeto dos serviços de publicidade institucional as atividades de planejamento, execução e monitoramento de produtos de sinalização predial, documentos e afins em que não haja o exposto uso da marca do Ministério Público Federal.

#### Subseção VI

#### Dos Serviços de Relacionamento Institucional

Art. 95. São serviços de relacionamento institucional de competência das Assessorias de Comunicação Social:

- I - propor e executar estratégias locais de relações públicas;
- II - apoiar pesquisas de imagem e de outros estudos para identificar os públicos de interesse, suas preferências e opiniões;
- III - auxiliar na gestão do relacionamento com os públicos de interesse da instituição.

#### Subseção VII

#### Dos Serviços de Comunicação Interna

Art. 96. São serviços de comunicação interna de competência das Assessorias de Comunicação Social:

- I - assessorar o(a) Procurador(a)-chefe, os(as) coordenadores(as) e demais setores em atividades de comunicação social direcionadas ao público interno;
- II - acompanhar e divulgar as atividades de órgãos colegiados institucionais;
- III - fazer a cobertura jornalística de eventos e ações internos;
- IV - propor, desenvolver, gerenciar e executar produtos de comunicação direcionados ao público interno;
- V - participar da execução de ações de comunicação interna de alcance nacional de maneira integrada com a Secretaria de Comunicação Social e com outras Assessorias de Comunicação Social;
- VI - propor e observar o calendário anual de ações de comunicação locais, em consonância com a programação de comunicação social nacional promovida pela Secretaria de Comunicação Social;
- VII - acompanhar e propor melhorias, bem como participar destas em projetos de atualização das páginas locais de portais internos e externos desenvolvidos pela Secretaria de Comunicação Social.

### TÍTULO III

#### DO FUNCIONAMENTO

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 97. Os Gabinetes do(a) Procurador(a)-Geral da República, do(a) Vice-Procurador(a)-Geral da República e do(a) ViceProcurador(a)-Geral Eleitoral observarão em seu funcionamento o presente Regimento Interno, sem prejuízo do cumprimento de outros atos normativos da Chefia de Gabinete e das respectivas Secretarias.

Art. 98. As manifestações em processos judiciais, os atos instrutórios praticados nos procedimentos administrativos em geral, os documentos produzidos e as movimentações deverão ser lançados em sistema informatizado próprio.

## CAPÍTULO II

### DA ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

#### Seção I

##### Dos Procedimentos Administrativos em Geral

Art. 99. A atuação extrajudicial do(a) Procurador(a)-Geral da República será realizada por meio de procedimentos administrativos, tombados em sistema informatizado com numeração única.

§ 1º Os procedimentos deverão ser autuados em numeração sequencial, registrados em sistema próprio.

§ 2º Uma vez autuados, os expedientes manterão a numeração originária, independentemente de conversão em outra classe procedimental.

Art. 100. Tramitarão no Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República os seguintes procedimentos:

I - Notícia de Fato: qualquer expediente, notícia ou informação submetidos à apreciação do(a) Procurador(a)-Geral da República, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, que ainda não tenham gerado um feito interno ou externo, podendo ser formulados presencialmente ou não, entendendo-se como tal a entrada de atendimentos, notícias, documentos e representações;

II - Notícia de Fato de Instância Diversa: qualquer expediente já formalizado e submetido à apreciação do(a) Procurador(a)-Geral da República em razão de declínio de competência ou de atribuições, entendendo-se como tal inquéritos policiais ou procedimentos já instaurados por outros órgãos do Ministério Público;

III - Procedimento Preparatório: procedimento formal, prévio ao inquérito civil, ao procedimento investigatório criminal, ao procedimento

administrativo, ao procedimento preparatório de incidente de deslocamento de competência e ao procedimento de cooperação internacional, que visa apurar elementos para identificação de investigados ou de fatos;

IV - Procedimento Investigatório Criminal: procedimento de natureza extrajudicial e inquisitorial, instaurado e presidido pelo(a) Procurador(a)-Geral da República, que tem como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de natureza pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, de ação penal ou de outras medidas processuais;

V - Inquérito Civil: procedimento de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público;

VI - Procedimento Administrativo: procedimento destinado ao acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de fatos e instituições e de políticas públicas e demais questões não sujeitas a outra espécie de procedimento que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de ilícito específico;

VII - Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência: procedimento de natureza facultativa, extrajudicial e unilateral, instaurado para apurar qualquer situação, a fim de verificar se a hipótese se amolda ao artigo 109, § 5º, inciso V, da Constituição Federal;

VIII - Procedimento Preparatório Eleitoral: procedimento de natureza facultativa, administrativa e unilateral, instaurado para colher subsídios necessários à atuação do MP Eleitoral, para propositura de medidas em relação às infrações eleitorais de natureza não criminal;

IX - Procedimento de Cooperação Internacional: procedimento extrajudicial destinado ao controle, à instrução e à execução dos pedidos de cooperação internacional de competência do Ministério Público;

X - Carta de Ordem do Ministério Público: procedimento destinado à requisição de diligências ou execução de ato necessário e determinado fora dos limites do Distrito Federal ou em instância diversa de órgão do Ministério Público;

XI - Procedimento de Conflito de Atribuição: procedimento de natureza extrajudicial, com área de atuação criminal, cível ou tutela coletiva, instaurado para dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público da União, entre

estes e os membros do Ministério Público dos Estados, ou entre membros de Ministérios Públicos Estaduais diversos;

XII - Procedimento de Monitoramento Legislativo: procedimento administrativo destinado ao acompanhamento de proposições legislativas de interesse da Instituição.

Art. 101. Os procedimentos discriminados no artigo 100 deverão ser concluídos nos seguintes prazos:

I - Notícia de Fato: 30 (trinta) dias, improrrogável;

II - Notícia de Fato de Instância Diversa: 15 (quinze) dias, prorrogável uma vez, por igual período;

III - Procedimento Preparatório: 30 (trinta) dias, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - Procedimento Investigatório Criminal: 90 (noventa) dias, permitidas prorrogações por igual período, mediante decisão fundamentada;

V - Inquérito Civil: 90 (noventa) dias, permitidas prorrogações por igual período, mediante decisão fundamentada;

VI - Procedimento Administrativo: 90 (noventa) dias, permitidas prorrogações por igual período, mediante decisão fundamentada;

VII - Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência: 90 (noventa) dias, permitidas prorrogações por igual período, mediante decisão fundamentada;

VIII - Procedimento Preparatório Eleitoral: 60 (sessenta) dias, permitidas prorrogações por igual período, mediante decisão fundamentada;

IX - Procedimento de Cooperação Internacional: 180 (cento e oitenta) dias, permitidas prorrogações por igual período, mediante decisão fundamentada;

X - Carta de Ordem do Ministério Público: 60 (sessenta) dias, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante decisão fundamentada;

XI - Procedimento de Conflito de Atribuição: 60 (sessenta) dias, prorrogável uma vez, por igual período, mediante decisão fundamentada.

## Seção II

### Das Disposições Comuns aos Procedimentos Administrativos em Geral

Art. 102. As Notícias de Fato e as Notícias de Fato de Instância Diversa serão imediatamente submetidas ao(à) Procurador(a)-Geral da República, que poderá: I - promover ação judicial;

II - converter, conforme o caso, em outra espécie procedimental;

III - promover fundamentadamente o arquivamento;

IV - requisitar a instauração de inquérito;

V - declinar da atribuição em favor de outro órgão do Ministério Público, determinando, quando for o caso, o desmembramento da apuração.

Art. 103. Quando as Notícias de Fato e as Notícias de Fato de Instância Diversa não estiverem suficientemente instruídas, impossibilitando as providências previstas no artigo 102, o(a) Procurador(a)-Geral da República poderá complementá-las, convertendo-as em Procedimento Preparatório.

Art. 104. Os procedimentos previstos nos incisos III a IX do artigo 100 poderão ser instaurados:

I - de ofício;

II - em face de requerimento ou representação formulada por qualquer pessoa ou comunicação de outro órgão do Ministério Público, ou qualquer autoridade, desde que forneça, por qualquer meio legalmente permitido, informações sobre o fato e a autoria, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização.

Parágrafo único. O conhecimento por manifestação anônima não implicará ausência de providências, desde que as informações tragam elementos concretos acerca do fato e da autoria e apontem ou permitam meios idôneos de verificação de sua procedência.

Art. 105. O(A) Procurador(a)-Geral da República, no prazo de 30 (trinta) dias, indeferirá o pedido de instauração dos procedimentos previstos nos incisos III a IX do artigo 100, em decisão fundamentada, da qual se dará ciência pessoal ao representante e ao representado, se conhecidos, quando:

I - os fatos narrados na representação não justificarem a atuação do Ministério Público;

II - o fato já houver sido objeto de apuração ou de atuação judicial; III - houver motivo previsto em lei ou tratado.

Parágrafo único. Do indeferimento caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, formulado nos próprios autos e dirigido ao(à) Procurador(a)-Geral da República, acompanhado de razões.

Art. 106. Sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, o(a) Procurador(a)-Geral da República, na condução dos procedimentos de sua competência, poderá:

- I - fazer ou determinar vistorias, inspeções e outras diligências;
- II - requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - requisitar informações e documentos de entidades privadas, inclusive de natureza cadastral;
- IV - notificar testemunhas e vítimas e requisitar sua condução coercitiva, nos casos de ausência injustificada, ressalvadas as prerrogativas legais;
- V - acompanhar buscas e apreensões deferidas por autoridade judiciária;
- VI - acompanhar cumprimento de mandados de prisão;
- VII - expedir notificações e intimações;
- VIII - fazer inquirições;
- IX - ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública;
- X - requisitar auxílio de força policial.

§ 1º Nenhuma autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de função pública poderá opor ao(a) Procurador(a)-Geral da República, sob qualquer pretexto, exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido.

§ 2º O prazo mínimo para resposta às requisições do(a) Procurador(a)-Geral da República será de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento, salvo hipótese justificada de relevância e urgência e em casos de complementação de informações.

§ 3º Ressalvadas as hipóteses de urgência, as notificações para comparecimento devem ser efetivadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, respeitadas, em qualquer caso, as prerrogativas legais.

§ 4º A notificação deverá mencionar o fato objeto de apuração, salvo na hipótese de decretação de sigilo, e a faculdade do notificado de se fazer acompanhar por advogado.

Art. 107. As diligências que por sua natureza ou alcance devam ser promovidas fora dos limites do Distrito Federal poderão ser requisitadas a órgão do Ministério Público, mediante Carta de Ordem do Ministério Público.

Parágrafo único. A requisição poderá ser feita por qualquer meio hábil de comunicação, devendo ser formalizada nos autos.

Art. 108. As diligências serão documentadas em auto circunstanciado.

Art. 109. As declarações e os depoimentos serão tomados por termo, podendo ser utilizados recursos audiovisuais.

Art. 110. A pedido da pessoa interessada, será fornecida comprovação escrita de comparecimento.

Art. 111. Os atos e as peças dos procedimentos são públicos, nos termos deste Regimento, salvo disposição legal em contrário ou por motivo de interesse público ou conveniência da investigação.

Parágrafo único. A publicidade consistirá:

I - na expedição de certidão, mediante requerimento do investigado, da vítima ou do seu representante legal, do Poder Judiciário, do Ministério Público ou de terceiro diretamente interessado;

II - no deferimento de pedidos de vista ou de extração de cópias, desde que realizados de forma fundamentada pelas pessoas referidas no inciso I ou por seus advogados ou procuradores com poderes específicos, ressalvadas as hipóteses de sigilo;

III - na prestação de informações ao público, a critério do(a) Procurador(a)-Geral da República, observados o princípio da presunção de inocência e as hipóteses legais de sigilo.

Art. 112. O(A) Procurador(a)-Geral da República poderá decretar sigilo das apurações, no todo ou em parte, por decisão fundamentada, quando a elucidação do fato ou o interesse público exigir, garantida ao investigado a obtenção, por cópia, de elementos de seu interesse, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.

Art. 113. O Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República manterá controle atualizado, preferencialmente por meio eletrônico, do andamento de seus procedimentos.

Art. 114. O(A) Procurador(a)-Geral da República poderá delegar a membro do Ministério Público a realização de diligências e a condução dos procedimentos de sua competência.

### Seção III

#### Da Atividade Extrajudicial Criminal

Art. 115. O Procedimento Investigatório Criminal será instaurado por portaria fundamentada, devidamente registrada e autuada, com indicação dos fatos a serem investigados e deverá conter, sempre que possível, nome e qualificação do autor da representação e determinação das diligências iniciais.

Parágrafo único. Se, durante a instrução do Procedimento Investigatório Criminal, for constatada a necessidade de investigação de outros fatos, o(a) Procurador(a)-Geral da República poderá aditar a portaria inicial ou determinar a extração de peças para instauração de outro procedimento.

Art. 116. Ressalvado o disposto no artigo 112, o autor do fato investigado será notificado a apresentar, querendo, as informações que considerar adequadas.

Art. 117. Se o(a) Procurador(a)-Geral da República se convencer da inexistência de fundamento para propositura de ação penal, determinará o arquivamento dos autos, fundamentadamente.

§ 1º O arquivamento será comunicado ao(s) interessado(s) no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º Da decisão de arquivamento caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, formulado nos próprios autos e dirigido ao(à) Procurador(a)-Geral da República, acompanhado de razões.

§ 3º O Gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República manterá controle atualizado dos arquivamentos, de forma a impedir nova instauração de Procedimento Investigatório Criminal por fatos idênticos, ressalvadas as hipóteses previstas para a reabertura das investigações.

Art. 118. Havendo notícias de surgimento de provas novas, poderá o(a) Procurador(a)-Geral da República determinar o desarquivamento dos autos e retomar o curso da instrução.

#### Seção IV

#### Da Atividade Extrajudicial Cível

#### Subseção I

#### Do Inquérito Civil

Art. 119. O Inquérito Civil será instaurado por portaria que conterá:

I - o fundamento legal que autoriza a atuação do Ministério Público e a descrição do fato objeto do inquérito civil;

II - o nome e a qualificação possível da pessoa jurídica e/ou física a quem o fato é atribuído;

III - o nome e a qualificação possível do autor da representação, se for o caso;

IV - a data e o local da instauração e a determinação de diligências iniciais;

V - a determinação de publicação da portaria.

Parágrafo único. Se, no curso do Inquérito Civil, constatar-se a necessidade de investigação de outros fatos, o(a) Procurador(a)-Geral da República poderá aditar a portaria inicial ou determinar a extração de peças para instauração de outro procedimento.

Art. 120. Todos os ofícios requisitórios de informações deverão ser fundamentados e acompanhados de cópia da portaria de instauração ou da indicação precisa dos fatos que constituem seu objeto.

Art. 121. Esgotadas as diligências, o(a) Procurador(a)-Geral da República, caso se convença da inexistência de fundamento para propositura de ação, determinará, motivadamente, o arquivamento do Inquérito Civil, cientificando os interessados.

Parágrafo único. Da decisão de arquivamento caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, formulado nos próprios autos e dirigido ao(a) Procurador(a)-Geral da República, acompanhado de razões.

Art. 122. O desarquivamento do Inquérito Civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses após o arquivamento. Transcorrido esse lapso, será instaurado novo inquérito civil, sem prejuízo das provas já colhidas.

Art. 123. O disposto acerca do arquivamento de inquérito civil aplica-se à hipótese em que estiver sendo investigado mais de um fato e a ação proposta somente se relacionar a um ou a algum deles.

## Subseção II

### Do Compromisso de Ajustamento de Conduta

Art. 124. O(A) Procurador(a)-Geral da República poderá firmar Compromisso de Ajustamento de Conduta com o responsável pela ameaça ou lesão aos



interesses ou direitos a cargo do Ministério Público, nos termos da legislação, visando à reparação do dano, à adequação da conduta às exigências normativas e à compensação e/ou à indenização pelos danos que não possam ser recuperados.

### Subseção III

#### Das Recomendações

Art. 125. O(A) Procurador(a)-Geral da República, nos autos de sua competência, poderá expedir recomendações fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, e aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover.

### Subseção IV

#### Do Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência

Art. 126. O Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência será instaurado por portaria fundamentada, registrada e autuada, com a indicação dos fatos a serem apurados e deverá conter, sempre que possível, o nome e a qualificação do autor da representação e a determinação das diligências iniciais.

Parágrafo único. Se, no curso do Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência, for constatada a necessidade de apuração de outros fatos, o(a) Procurador(a)-Geral da República poderá aditar a portaria inicial ou determinar a extração de peças para instauração de outro procedimento.

Art. 127. Todos os ofícios requisitórios de informações deverão ser fundamentados e acompanhados de cópia da portaria que instaurou o procedimento ou da indicação precisa dos fatos que constituem seu objeto.

Art. 128. Será dado conhecimento da instauração do Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência às autoridades do ente federativo em que hajam ocorrido os fatos, para que apresentem as informações que considerarem adequadas.

Art. 129. Além das providências referidas no artigo 106, na instrução do Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência, poderão ser requisitadas informações, cópias ou vistas de inquéritos policiais, procedimentos

extrajudiciais ou processos judiciais, em andamento ou arquivados, que se relacionem com o fato investigado, ainda que sigilosos.

Art. 130. Se, no curso do Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência, for constatada a necessidade de sobrestamento do feito, para acompanhamento de providências no âmbito estadual, poderá o(a) Procurador(a)-Geral da República determiná-lo pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 131. Esgotadas as diligências, o(a) Procurador(a)-Geral da República, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura do Incidente de Deslocamento de Competência, determinará, fundamentadamente, o arquivamento do procedimento preparatório.

§ 1º Serão científicadas da decisão de arquivamento as pessoas jurídicas de direito público mencionadas no artigo 128 e as demais pessoas naturais e jurídicas, de direito público ou privado, que tiverem figurado como intervenientes ou interessadas.

§ 2º Da decisão de arquivamento caberá pedido de reconsideração por qualquer interessado, nos termos do § 1º, no prazo de 10 (dez) dias, formulado nos próprios autos e dirigido ao(à) Procurador(a)-Geral da República, acompanhado de razões.

Art. 132. O desarquivamento do Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses após o arquivamento. Transcorrido esse lapso, será instaurado novo Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência, sem prejuízo das provas já colhidas.

Art. 133. Em caso de propositura do Incidente de Deslocamento de Competência perante o Superior Tribunal de Justiça, o(a) Procurador(a)-Geral da República acompanhará sua tramitação, inclusive durante as sessões de julgamento.

Parágrafo único. O acompanhamento do feito e a atuação perante o Superior Tribunal de Justiça poderão ser delegadas a Subprocuradores(as)-Gerais da República.

Art. 134. Em caso de procedência do pedido, o(a) Procurador(a)-Geral da República designará um ou mais membros do Ministério Público Federal para atuar no feito cuja competência tenha sido deslocada.

## Seção V

### Da Atividade Extrajudicial Eleitoral

## Subseção I

### Do Procedimento Preparatório Eleitoral

Art. 135. O Procedimento Preparatório Eleitoral poderá ser instaurado pelo(a) Procurador(a)-Geral Eleitoral ou pelo(a) ViceProcurador(a)-Geral Eleitoral, de ofício ou em face de notícia de fato ou representação, no âmbito de suas competências.

Art. 136. O Procedimento Preparatório Eleitoral não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público Eleitoral.

Art. 137. Aplicam-se ao Procedimento Preparatório Eleitoral, no que couber, as disposições comuns aos procedimentos administrativos em geral, constantes deste capítulo.

Art. 138. Esgotadas as diligências, o(a) Procurador(a)-Geral Eleitoral, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação, determinará, fundamentadamente, o arquivamento do Procedimento Preparatório Eleitoral.

Parágrafo único. Da decisão de arquivamento caberá pedido de reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias, formulado nos próprios autos e dirigido ao(à) Procurador(a)-Geral Eleitoral, acompanhado de razões.

Art. 139. O desarquivamento do Procedimento Preparatório Eleitoral, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses após o arquivamento. Transcorrido esse lapso, será instaurado novo procedimento, o qual poderá aproveitar as provas já colhidas.

## Subseção II

### Das Atividades de Coordenação e Revisão

Art. 140. Compete ao(à) Procurador(a)-Geral Eleitoral e ao(à) Vice-Procurador(a)-Geral Eleitoral a coordenação das atividades do Ministério Público Eleitoral.

Art. 141. As atividades de coordenação e integração serão desenvolvidas com o apoio do Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe).

Art. 142. Compete ao(à) Procurador(a)-Geral Eleitoral e ao(à) Vice-Procurador(a)-Geral Eleitoral a revisão dos arquivamentos de expedientes promovidos

pelos(as) Procuradores(as) Regionais Eleitorais e pelos(as) Procuradores(as) Eleitorais Auxiliares.

Art. 143. Os(As) Procuradores(as) Regionais Eleitorais e os(as) Procuradores(as) Eleitorais Auxiliares deverão encaminhar, no prazo de 10 (dez) dias, à Assessoria de Apoio à Função Eleitoral, os expedientes judiciais e extrajudiciais com promoção de arquivamento lançada.

Art. 144. Os expedientes arquivados serão recebidos pela Assessoria Administrativa da Assessoria de Apoio à Função Eleitoral, que encaminhará os autos imediatamente ao(à) Procurador(a)-Geral Eleitoral ou ao(à) Vice-Procurador(a)-Geral Eleitoral, conforme o caso.

Parágrafo único. Os expedientes manterão a classe e a numeração da origem.

Art. 145. Homologado o arquivamento, os autos serão devolvidos à origem para ciência e acautelamento físico.

Art. 146. No caso de não acolhimento das razões de arquivamento, o(a) Procurador(a)-Geral Eleitoral ou o(a) Vice-Procurador(a)-Geral Eleitoral devolverá os autos à origem e designará membro distinto para a atuação cabível.

Art. 147. A Assessoria Administrativa da Assessoria de Apoio à Função Eleitoral compilará as decisões do(a) Procurador(a)-Geral Eleitoral e do(a) Vice-Procurador(a)-Geral Eleitoral, de modo a subsidiar o Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe) na tarefa de auxiliar a coordenação das atividades eleitorais.

Art. 148. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Procurador(a)-Geral Eleitoral.

## Seção VI

### Dos Procedimentos de Conflito de Atribuição

Art. 149. O procedimento de conflito de atribuição será instaurado por despacho assinado pela Assessoria Jurídica para Conflitos de Atribuição do(a) Procurador(a)-Geral da República em face de manifestação formulada por membros do Ministério Público, por juízes ou por terceiros interessados.

Art. 150. Durante a instrução do procedimento de conflito de atribuição, poderá o(a) Procurador(a)-Geral da República, de ofício ou a requerimento dos

interessados, designar um dos membros suscitantes para adoção, em caráter provisório, das medidas urgentes necessárias a evitar o perecimento do direito.

Art. 151. Poderão ser solicitadas, por ofício eletrônico do(a) Procurador(a)-Geral da República, informações às respectivas Procuradorias-Gerais dos Ministérios Públicos e a outros órgãos envolvidos, no prazo de 10 (dez) dias, para esclarecimento do fato que for objeto do conflito.

Art. 152. Encontrando-se o procedimento instruído, o(a) Procurador(a)-Geral da República decidirá o conflito, de forma fundamentada, remetendo os autos ao Ministério Público competente, dando-se ciência a todos os interessados.

Art. 153. A atribuição do(a) Procurador(a)-Geral da República de decidir os conflitos de atribuição não prejudica a competência das Câmaras de Coordenação e Revisão estabelecida no artigo 62, inciso VII, da [Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993](#).

#### TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TEMPORÁRIAS

Art. 154. As Secretarias e Assessorias deverão promover a adequação dos procedimentos em curso aos termos deste Regimento no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua entrada em vigor.

Art. 155. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo(a) Procurador(a)-Geral da República.

Art. 156. Este Regimento entra em vigor a partir de 24 de abril de 2020